

26 de Abril 2021
 Segunda-feira
 Semanário - Ano 5
 Nº256
 Director-Geral
 Evaristo Mulaza



CÁLCULOS MENSAIS

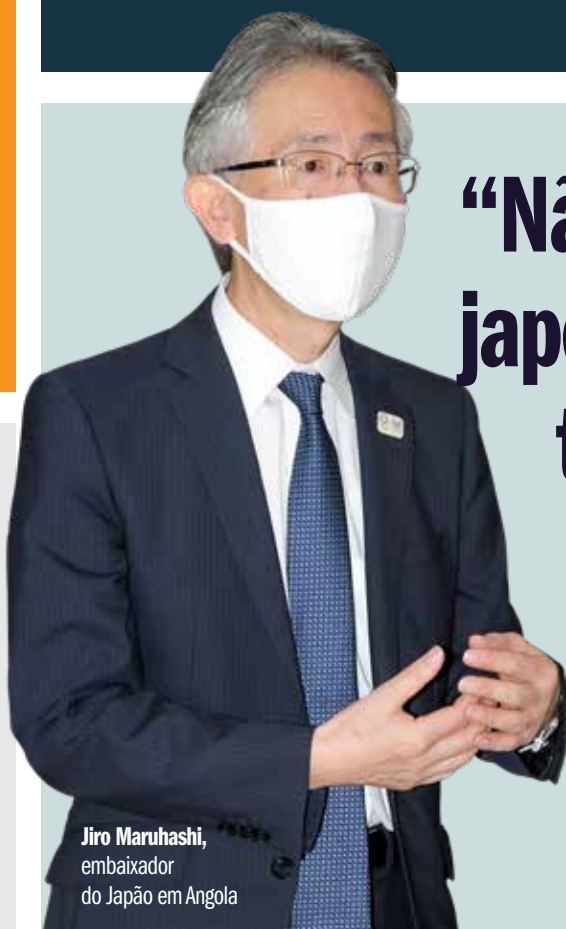
**SADIA perde
 3,7 mil milhões
 kwanzas
 em direitos
 de autor**

Págs. 10 e 11

MAIS DE 21 MILHÕES USD EM CINCO EXERCÍCIOS

Relatórios da Puma Energy contrariam PCA da Sonangol

CONTAS. Ao contrário da afirmação do PCA da Sonangol, segundo a qual a petrolífera recebeu dividendos apenas uma vez, nos oito anos em que esteve na estrutura da Puma Energy, relatórios desta empresa consultados pelo VALOR precisam que a estatal recebeu a sua parte dos lucros pelo menos cinco vezes. Os cálculos indicam que, entre 2015 e 2020, a Sonangol beneficiou de mais de 20 milhões de dólares. Págs. 12 e 13



Jiro Maruhashi,
 embaixador
 do Japão em Angola

“Não enviamos japoneses para trabalharem aqui”

ENTREVISTA. O embaixador do Japão em Angola afirma que a aposta em África visa formar os africanos para melhor aplicarem os recursos que recebem de empréstimo. Reconhece o contexto económico "difícil", mas acredita nas reformas do Governo. Págs. 4 a 6



MAIS DE 600

**Despedimentos
 em massa à
 vista no Porto
 de Luanda pela
 DP World**

Pág. 14

OPINIÃO

António Vieira,
 ex-director
 da Cobalt Angola



**A ANPG e o
 'Road Show'**

Pág. 23



INCUMPRIMENTOS

**Revogado há
 1 ano, alvará
 comercial
 continua a ser
 exigido**

Pág. 8

Editorial

A MORTE DA IMPRENSA

O que se passa hoje na comunicação social em Angola é excessivamente grave para ser encarado com ligeirizas. Sem roçar os calcanhares do exagero, não há memória no pós-guerra de um período em que o regime tenha ido tão longe no descaramento para cercar a imprensa. Entre 2002 e 2017, o poder também intimidou e prendeu jornalistas. Chantageou órgãos de comunicação social privados, mas nunca chegou ao ponto de decretar o encerramento de qualquer um com recurso a falsos e forçados expedientes administrativos. E nunca o fez, apesar de ter sido precisamente nessa altura em que abundaram jornais de todo o tipo, incluindo uns tantos que jamais mereceram ser tratados como jornais. Nesse período, o poder não fechou órgãos de comunicação social, apesar de ter realizado três eleições, a última das quais em 2017 sob a ameaça real de perder o poder (muitos pensam que perdeu mesmo). Não encerrou títulos com infundados argumentos legais, mesmo tendo sido nesse período em que alguns jornais e rádios independentes mantinham uma postura editorial quase confrontacional, através da crítica e da denúncia da desgovernança.

Entre 2002 e 2017, a tática para a fragilização da imprensa privada independente era outra. Passava por impedir a canalização de recursos para estes órgãos por via da publicidade, empobrecendo-os de tal forma que ficava facilitado o aliciamento dos seus profissionais para a imprensa pública e para outros destinos mais

macios. E, quando este recurso não funcionasse, optava-se pela última machadada, a compra forçada. Foi o que se passou com um dos jornais privados mais incómodos de sempre ao regime de José Eduardo dos Santos, o extinto 'Semanário Angolense' do veterano Graça Campos.

Hoje, entretanto, o poder assume com clareza que os tempos e os métodos mudaram para pior e que, para intimidar a imprensa que dá trabalho, não pretende perder tempo com esquemas que dão trabalho. É simples. Se tiver de obrigar uma rádio, ainda que privada, a despedir um comentador incómodo, obriga apenas: 'despede ou não tens a licença renovada'. É o chamado papo recto. Se tiver de suspender canais de televisão de achados inimigos, suspende apenas. Não importa que tenha de evocar deturpadamente a lei e, não menos vergonhoso, não importa que há dois anos tenha sido o próprio poder a homenagear a inauguração dos estúdios da Zap Viva ou o lançamento do JR África da TV Record. Ou seja, com a mesma

Constituição, o mesmo Presidente, o mesmo Governo, o mesmo Ministério e a mesma Lei de Imprensa, determinados órgãos de comunicação social, fazendo as mesmas coisas, podem passar de legais para ilegais da noite para o dia.

O projecto de silenciamento da imprensa privada inclui, entretanto, outras frentes não menos chocantes. À intimidação directa aos meios junta-se agora uma proposta de revisão do pacote legislativo da comunicação social que, entre outros recuos, pretende coartar a hipótese de os órgãos explorarem alternativas externas para a sua sobrevivência. Ao contrário da Lei actual que não impede, por exemplo, os órgãos de serem financiados por organismos internacionais, a proposta em consulta pública elimina expressamente essa possibilidade. Ao mesmo tempo, mantém o limite de 30% de participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação social. Definitivamente, só não vê quem não quer: no pós-guerra, o poder nunca se empenhou tanto na morte da imprensa privada.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



ALMEIDA PINHO,

vice-presidente da Cooperativa Agrícola Aurora Impulso de Quilengues

O Governo já deu 'luz verde' para a instalação de zonas francas. O que lhe parece?

Fomos nós que avançámos primeiro com uma proposta ao Governo. Foi anunciado que a primeira zona franca será instalada no Porto do Dande. Este será, certamente, o maior porto de Angola, mas vai aguardar por um ou mais grupos investidores que possam impulsionar o projecto. Entretanto, esta zona franca do Dande terá de esperar que surjam grupos empresariais e financeiros pujantes.

E é negativo?

Enquanto nesta zona se aguarda que entrem, por exemplo, chineses, ou endinheirados dos Emirados Árabes Unidos, nós não precisamos que assim aconteça em Quilengues.

Porquê?

Em Quilengues, não precisamos nem dos chineses, nem dos árabes. Temos já mobilizados fortes grupos empresariais que só estão à espera da oportunidade de entrar. Estou a falar de multinacionais com capacidade de execução que apenas requerem que sejam disponibilizadas infra-estruturas como equipamentos de água, energia eléctrica e estradas. De resto, não sabemos onde será instalada a segunda zona franca. Por isso é que estamos caladinhos à espera que o Governo nos diga onde vai acontecer.

20
TERÇA-FEIRA

A Record TV África entrega um “recurso hierárquico” contra a decisão da Direcção Nacional de Informação e Comunicação do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social de suspender a emissão do canal.

21
QUARTA-FEIRA

A Namíbia revela que registou, nos últimos três meses, a entrada ilegal de cerca de 10 mil angolanos, afectados pela seca, situação que preocupa as autoridades daquele país.

22
QUINTA-FEIRA

Um grupo de jovens convoca uma manifestação de protesto contra a acumulação do lixo em Luanda, já proibida pelo governo provincial, que é acusado de adoptar “dois pesos e duas medidas”, consoante as iniciativas.



SEGUNDA-FEIRA

O Governo anuncia a suspensão da actividade da TV Record, e da transmissão dos canais Zap Viva e Vida Tv por detectar alegadas “inconformidades legais”, segundo um comunicado do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social.

23
SEXTA-FEIRA

A governadora de Luanda anuncia que seis novas empresas vão juntar-se, em breve, às sete operadoras com as quais o governo provincial já contratualizou a recolha de resíduos.



17
SÁBADO

A China e Angola vão inaugurar, este ano, um voo directo entre Luanda e Changsha, numa altura em que a escassez de ligações aéreas dificulta o regresso de cidadãos chineses radicados em África.



18
DOMINGO

A Handeka e a Mosaiko, duas ONG angolanas que tinham sido convidadas para um encontro de auscultação sobre a proposta de revisão constitucional, rejeitaram o convite por entenderem que este serve apenas para legitimar uma decisão já tomada.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM QUEDA...

O petróleo começou a semana a cair influenciado pelo agravamento da pandemia da covid-19. O Brent que serve de referência às vendas do país recuou 0,70%, nas entregas de Junho, para os 65,65 dólares. Já o WTI caiu 0,37% para os 61,91 dólares, também nas entregas do último mês do primeiro semestre.



OURO LIGEIRAMENTE EM ALTA...

O minério iniciou a semana no verde, motivado, sobretudo, pela decisão da política monetária do banco central norte-americano. Com ganhos de 0,13%, o ouro negociou as entregas para Junho a 1.780,10 dólares a onça-troy.

Entrevista

JIRO MARUHASHI, EMBAIXADOR DO JAPÃO

"O objectivo é a capacitação dos recursos humanos para a boa aplicação dos financiamentos"

São apenas 30 os japoneses que trabalham em Angola. Jiro Murahashi explica que o objecto da cooperação com o 'continente negro' é a capacitação técnica para que os financiamentos sejam bem aplicados. O diplomata lamenta a deterioração da situação económica e social, em Angola, mas elogia o Governo por ter enfrentado a pandemia com o fecho de fronteiras e por causa da política fiscal, que cria incentivos.



Mário Mijetes © VE

Por Júlio Gomes

Como qualifica as relações económicas entre os dois países? Na verdade, Japão e Angola têm desfrutado de longa amizade. Este ano, foi assinalado o 45º ano das relações diplomáticas. Em 2019, precisamente, em Agosto, o Presidente João Lourenço visitou o Japão, pela primeira vez, para participar, como primeiro estadista angolano, na 7ª Conferência de desenvol-

vimento entre o Japão e África (Ticad, na sigla em inglês). No mesmo ano, o ministro dos Negócios Estrangeiros japonês veio visitar Angola. Desde então, as nossas relações bilaterais têm sido muito estreitas.

Há novos desenvolvimentos mesmo numa situação de pandemia?

Perante esta situação, verificamos um pequeno atraso em projectos quer institucionais quer privados. Mas Angola possui imenso potencial económico. Por exemplo, se não me engano, tem o quinto maior PIB da África subsaariana e é o segundo maior produtor de petróleo. Também se destaca em outros minerais

As empresas japonesas vão procurar quais as áreas benéficas para participar do processo. Angola está a tentar a diversificação da economia.

como diamantes, além da agricultura e pescas.

São estes os sectores que interessam ao investidor nipónico?

Interessam, porque Angola possui tantas potencialidades económicas, especialmente, no que tange aos recursos naturais. Logo, podemos estabelecer relações complementares. De igual modo, podemos estreitar a nossa cooperação comercial entre o sector privado, reforçando as relações 'win-win', ou seja, ganhos para ambas as partes.

Não importam as dificuldades no repatriamento de capitais?

No passado, algumas empresas japonesas que estavam a

trabalhar em Angola enfrentavam algumas dificuldades. Por exemplo, no âmbito da execução do crédito e das transferências bancárias. Então, alguns investidores japoneses têm estado hesitantes em empatar aqui o capital.

Ou seja, o ambiente de negócios não é dos melhores...

Diante desta situação difícil, acreditamos que as grandes reformas que vêm sendo feitas pelo Governo, nomeadamente a política fiscal, entre outros incentivos, contribuam para voltar a atrair os investidores quer sejam japoneses quer de outros países. O ambiente de negócios poderá melhorar porque, além disso, Angola é um país políti-

“A maior presença é, sem dúvida, a Toyota que se dedica à comercialização de viaturas. Temos outra empresa, a Toyota Tsusho (também ligada à Toyota), que vai actuar na melhoria das infra-estruturas do Porto do Namibe.”

camente estável. Como sabe, a paz e a estabilidade são indispensáveis para o desenvolvimento do país.

E estabilidade económica?

Como já referi, a melhoria do sistema financeiro, a privatização de empresas públicas, o combate à corrupção são esforços que poderão contribuir para a melhoria da situação económica e social. No próximo ano, serão realizadas eleições e espero que isso venha a contribuir para a estabilidade política, económica e social.

Na cooperação com África, o Japão não está atrasado?

O Japão é um dos maiores doadores em relação a Angola. No âmbito da Ticad, procuramos trocar ideias para encontrar caminhos que melhor contribuam para o desenvolvimento do continente africano. Portanto, não nos interessa a concorrência. O mais importante é coordenar acções para fazer acontecer o desenvolvimento.

Pode dimensionar a presença de empresas japonesas no nosso mercado?

A maior presença é, sem dúvida, a Toyota que se dedica à comercialização de viaturas. Temos outra empresa, a Toyota Tsusho (também ligada à Toyota), que vai actuar na melhoria das infra-estruturas do Porto do Namibe. Há ainda outra empresa, a Yokokawa, especializada que fornece equipamentos para o sector petrolífero. De um modo geral, a presença japonesa está não só no comércio, mas também na promoção do sector industrial. Aqui destacamos a indústria têxtil.

Qual é o volume de negócios entre os dois países?

Os dados confirmados indicam que, em 2019, as exportações de Angola para o Japão se cifraram em 62,7 milhões de dólares, ao passo que, no sentido inverso, as importações angolanas totalizaram 30,3 milhões de dólares. No ano passado, devido à pandemia, bem como à redução do preço do petróleo, as importações japonesas estarão estabilizadas nos 30 milhões de dólares.

Como analisa a intenção de diversificação económica?

Neste âmbito, as empresas japonesas vão procurar quais as áreas benéficas para participar do processo. Angola está a tentar a diversificação da economia. Temos muitas áreas promissoras. Assim, para o futuro, as empresas terão de estudar onde querem actuar. Contudo, gostaria de acrescentar que, no âmbito da cooperação entre os dois governos, através da agência de cooperação do Japão, destacamos as acções no domínio da saúde, da desminagem, da agricultura, das redes de energia eléctrica e das tecnologias para a televisão digital.

Como se pode aproveitar melhor a vasta experiência japonesa na luta contra o subdesenvolvimento?

Mesmo antes da guerra, o Japão já tinha um certo nível de educação da população. Depois da II Guerra Mundial, com ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos aliados, conseguimos reconstruir o país, mas ao mesmo tempo apoiamos os outros países. O carácter do povo de trabalhar em conjunto contribuiu grandemente para a reconstrução. Em África, e sobretudo em Angola, a população é maioritariamente jovem. Por isso, pode contar-se com ela na luta pelo desenvolvimento sustentável.

Como?

Isso passa, em primeiro plano, pela sua boa formação primária e secundária. Portanto, a capacitação é muito importante. A Toyota, por exemplo, já está a aju-



Perfil

Economista emprestado à diplomacia

Natural de Osaka, a segunda maior cidade comercial, chama atenção para Angola marcar presença em máxima forma na 'Expo-Japão'. "Em 2025 realiza-se a Expo-Japão e por isso, sentimo-nos muito honrados", avança o diplomata que augura que Angola aproveite e mostre o seu potencial e oportunidades de negócios. Antes de vir para a embaixada em Angola, onde se encontra apenas há seis meses, Jiro Maruhashi trabalhou em Portugal, Brasil e EUA. Em África, Angola é a segunda paragem depois de ter exercido o mesmo cargo em Moçambique.

dar com a abertura de uma academia no Cazenga, em Luanda, ministrando aulas online, para que os jovens angolanos sejam bons mecânicos de automóveis. O Japão tem sofrido muitos desastres naturais. E quase todos dias o país é sacudido por terremotos. Estamos habituados a isso. Por isso, o Japão pode fornecer a sua experiência na luta contra as calamidades naturais de que Angola não está alheia como, por exemplo, a ocorrência de chuvas torrenciais e a seca que arrasa o Sul do país.

O que o Japão procura concretamente em África?

O nosso objectivo na cooperação com o continente africano é o desenvolvimento de recursos humanos, capacitá-los para que os financiamentos sejam bem empregues. Não enviamos japoneses para trabalhar aqui, priorizamos os nacionais.

Quantos japoneses trabalham em Angola?

Apenas 30. Como disse, priorizamos as infra-estruturas e o desenvolvimento dos recursos humanos locais. O Japão é um país desprovido de recursos naturais, mas, em contrapartida, desenvolveu a massa cinzenta e, por isso, é hoje um país desenvolvido.

Mas o ensino em Angola tem muitas debilidades...

Pode melhorar-se no âmbito da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), ir à busca de professores que ensinem melhor o português, por

exemplo, com recurso aos próprios portugueses e brasileiros.

E em que áreas o seu país pode ajudar?

Pode ajudar apenas quanto às matemáticas e às ciências.

Qual é a importância dos acordos que a embaixada rubricou recentemente com o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos?

São acordos entre os dois governos. Através da Companhia Nacional de Petróleo, Gás e Metais do Japão (Jogomec), procura-se por uma cooperação conjunta, na análise de imagens de satélite e pesquisas de campo, nas áreas de exploração mineira. Em segundo lugar, os acordos visam a transferência de técnicas de exploração e troca de informação nas áreas de metais e minerais, petróleo e gás. Além disso, no âmbito da pesquisa e capacitação de quadros, Angola pode aproveitar o Centro de Sensoriamento Remoto com sede no Botswana. Em suma, a Jogomec vem potenciar a localização e estudo das reservas minerais existentes.

Um centro patrocinado também pelo Japão?

Exactamente!

Angola atravessa uma severa recessão económica. Que saída aponta?

Tenho notado o aumento do desemprego e a situação social tende a deteriorar-se. Mas, com base nas medidas que têm sido tomadas pelo Governo, à luz das recomendações do FMI, pode mudar-se o quadro. O apelo tem de ser de união.

Mas não são essas receitas do FMI que estão a provocar o caos?

Pessoalmente, acho que o Presidente João Lourenço deve estar atento a isso. Conversar com os jovens e entidades religiosas e outras correntes para ouvir soluções são iniciativas louváveis. O Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) também é uma boa iniciativa que, esperamos, atinja os seus objectivos para o desenvolvimento das localidades rurais no interior do país.



Mário Nogueira © VE

Entrevista

Continuação da página 5

Jiro Maruhachi
é embaixador
em Angola
há seis meses



Mário Muijes © VE

As dificuldades económicas e financeiras do país não são negligenciáveis...

Com a pandemia não há uma varinha mágica que possa rapidamente mudar o quadro. Mas é preciso trabalhar em conjunto para superar a crise. Saudamos o Governo por ter encerrado fronteiras para travar a pandemia que, no entanto, limita a todos os níveis a actividade económica. É preciso continuar a trabalhar de alguma forma.

Qual é o balanço do acordo de concessão não reembolsável assinado em 2020 para a implementação do programa de desenvolvimento económico e social?

Esse acordo, assinado no ano passado e avaliado em três milhões de dólares, visa o fornecimento de ambulâncias para o sector da saúde no combate à covid-19.

No entanto, essas ambulâncias ainda não foram adquiridas, mas o valor já está disponibilizado.

Onde serão adquiridos esses equipamentos?

Virão do Japão, mas isso passa primeiro por um concurso público.

O governo japonês também tem apoiado o sector agrícola...

A agricultura, do ponto de vista da diversificação económica, é a área mais importante para Angola, levando em consideração o potencial existente. No entanto, em 2017, a taxa de auto-suficiência de produção de cereais foi de 60%. O resto tinha de ser importado para cobrir o défice. Entretanto, cerca de 95% é a representação da agricultura familiar e pequenos agricultores. Então, perante esse factor, achamos no curto prazo ajudar

esses agricultores para serem mais eficazes.

E no longo prazo?

Precisamos trabalhar para diversificar os produtos, o comércio e depois exportar para outros países.

Qual é o valor já disponibilizado?

Não podemos calcular o valor exacto. Só para ilustrar, assinamos em Março um tipo de acordo com uma organização não-governamental, em Benguela, para potenciar a actividade de uma cooperativa de ex-combatentes e viúvas a módica quantia de 80 mil dólares. A ideia é a melhoria da qualidade de vida, fazendo que fortifiquem a produção e possam comercializar os produtos e com isso aumentar a renda. No entanto, não se trata só do apoio financeiro. Transferimos cooperação técnica e disto também não podemos

avancar o valor. Por exemplo, para o cultivo do arroz, enviamos peritos.

Esse apoio começou há quanto tempo?

Daqui a pouco, virá do Japão um perito em políticas de desenvolvimento agrícola para dar assistência técnica ao Ministério da Agricultura e Pescas.

Onde coloca a agricultura empresarial?

Futuramente, o país vai precisar e pode haver empresas japonesas a entrar no negócio à guisa do Brasil, onde temos várias áreas de cooperação técnica no domínio agrícola. O Brasil tornou-se o segundo maior produtor mundial de soja. Quer dizer que Angola também pode aumentar a produção e exportar. À medida que o tempo passar, haverá a possibilidade nessa área também.



O Japão é um país desprovido de recursos naturais, mas, em contrapartida, desenvolveu a massa cinzenta...

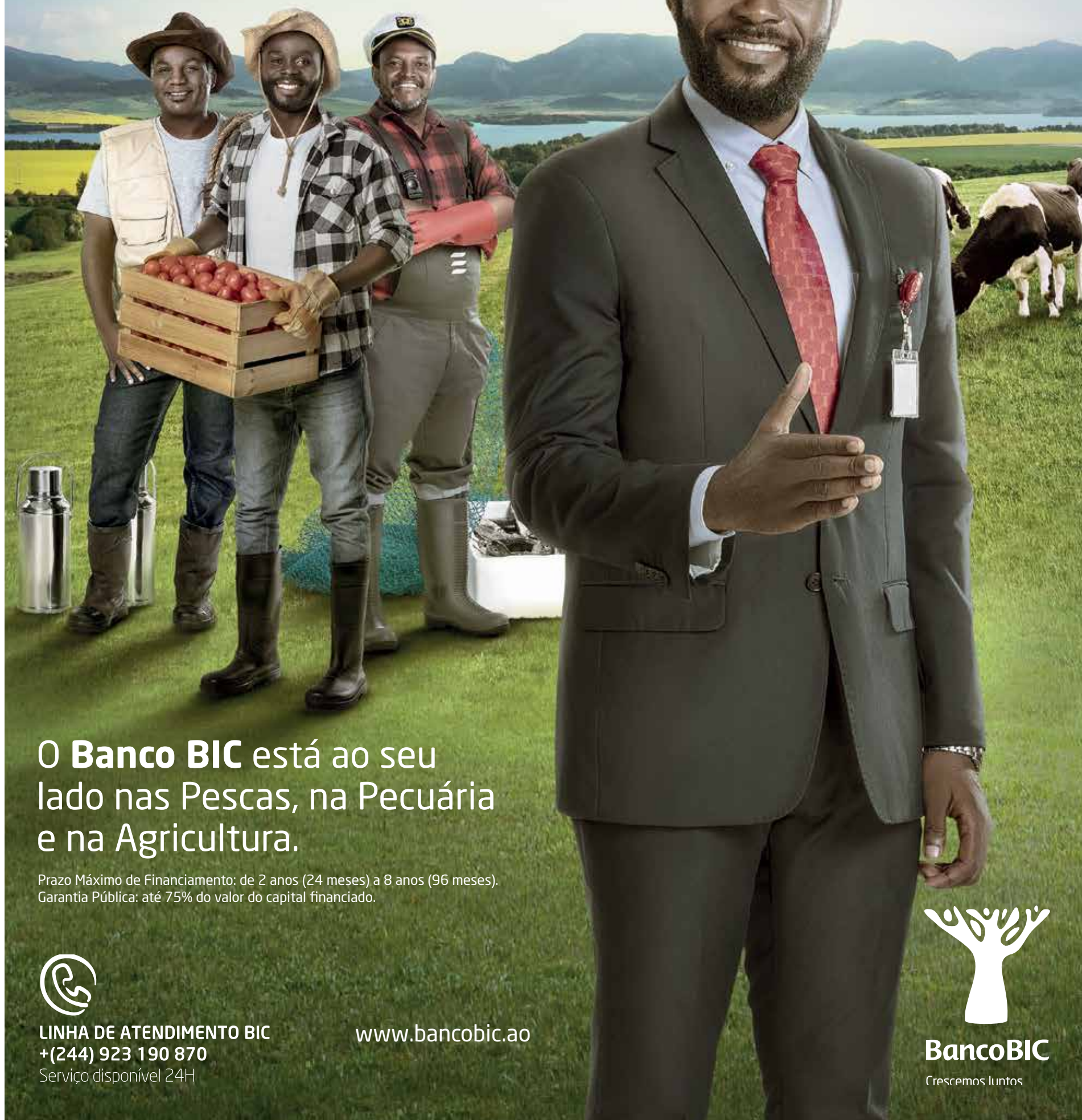
Tenho notado o aumento do desemprego e a situação social tende a deteriorar-se.

Com base nas medidas que têm sido tomadas pelo Governo, à luz das recomendações do FMI, pode mudar-se o quadro. O apelo tem de ser de união.



15
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu
lado nas Pescas, na Pecuária
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos

Economia/Política

Santos Simões/VE



UM ANO DEPOIS DE SER REVOGADO

Alvará comercial ainda continua a ser exigido

COMÉRCIO. Administrações municipais passam a emitir autorização de abertura de empresas. Mas falta-lhes formação. Há sete áreas em que o alvará ainda é obrigatório.

Por Isabel Dinis

Mais de um ano depois de o Governo ter revogado a solicitação do alvará comercial, para todas as actividades económicas, o documento ainda continua a ser exigido às empresas e a investidores.

Em Abril do ano passado, no âmbito de um decreto presidencial de alívio dos efeitos econó-

micos e financeiros provocados pela pandemia, o Governo decidiu reduzir o excesso de burocracia que incidia sobre as empresas com a remoção do alvará comercial e a obrigação de as empresas procederem ao registo estatístico no acto da constituição.

O Governo abriu algumas excepções no comércio de bens alimentares, espécies vivas vegetais, animais, aves e pescaria, medicamentos, venda de automóveis, combustíveis, lubrificantes e produtos químicos, procedendo à anulação do procedimento de emissão do alvará comer-

cial. “Devendo toda a actividade comercial requerer a autorização de abertura do respectivo estabelecimento comercial na administração do município onde irá funcionar. A administração, por sua vez, deve fazer a autorização de abertura dos estabelecimentos considerando a conformidade com o plano de ordenamento territorial e demais normas específicas para o exercício da actividade”, salientava o documento.

O VALOR apurou, de várias fontes, que ainda não foi concertado entre as entidades ministeriais e as administrações a

MEMORIZE

● **Decreto** presidencial de Abril aprovou medidas para reduzir a burocracia que incide sobre as empresas e a remoção do alvará consta entre as decisões.

passagem de competências para que estas possam autorizar a abertura dos estabelecimentos. Já houve, em algumas administrações, formações no ano passado e este ano, mas ainda não foi efectuada a medida.

O director municipal do Comércio de Viana, Dorivaldo Adão, revela, por exemplo, que, no caso do seu município, já há equipamentos para a emissão dos alvarás no âmbito da descentralização. Há alvarás que são emitidos pelos governos provinciais e outros pelos departamentos ministeriais. “O processo começa com uma vistoria. O auto de vistoria é processo em que a direcção municipal vai ao estabelecimento de quem solicita o alvará para ver se as condições exigidas são cumpridas. É feito o auto de vistoria ao governo provincial e eles é que emitem os alvarás”, sublinha Dorivaldo Adão.

No Guiché Único, o VALOR confirmou que ainda são solicitados os alvarás e que a decisão depende apenas da definição da passagem de competências para autorização de abertura.

O registo de estatística, ao contrário do alvará comercial, já não é obrigatório como estipulava o decreto e não tem sido solicitado.

O Ministério da Economia e Planeamento garante que, desde que o decreto foi publicado, “nunca recebeu nenhuma reclamação de que as entidades ainda continuavam a solicitar o alvará”. Segundo o director para a Competitividade e Inovação, João Nkosi, com as várias medidas adoptadas pelo Governo, agora uma cooperativa pode abrir uma conta bancária sem apresentar o Diário da República, necessitando apenas da certidão de registo comercial. Mesmo com esta ‘inovação’, ainda há bancos a solicitar o Diário da República.

Estes casos, reforça João Nkosi, têm sido resolvidos com a interacção com os bancos e pensa que os constrangimentos se explicam no facto de os bancários não estarem por dentro das leis. É “uma questão de se passar a mensagem. Isso é um processo e não se deve parar”, sublinha.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO REFORÇA MEDIDA

A 14 deste mês, o Ministério do Comércio e Indústria ressaltou, numa nota de imprensa, as novidades do decreto de alívio económico em relação à simplificação do licenciamento comercial. O Ministério fazia referência que já não era solicitado o alvará em muitas actividades económicas de baixo risco para a saúde humana.

O VOLUME DE PRÉMIOS da Sanlam (marca que substitui a Saham Angola) aumentou 24%, passando de 24.888 milhões kz, em 2019, para 30.784 milhões, em 2020. O 'seguro corporate' e o de 'saúde e acidente de trabalho' garantiram cada um 42% do negócio.

PROCURA E OFERTA DE FARINHA DE TRIGO

Panificadoras contrariam moageiras

INDÚSTRIA. Depois de, na semana passada, as moageiras apresentarem um cenário optimista em relação à disponibilidade de farinha de trigo, representantes da indústria apresentam um quadro completamente diferente.

Por Rosa Wanga

A Associação das Indústrias de Panificação e Pastelaria de Angola (Aippa) garante que não sente os benefícios da capacidade de produção das moageiras nacionais que, na semana passada, garantiram estarem em condições de assegurar as necessidades totais do país, estimadas em 600 mil toneladas/ano.

“Há uma divergência muito grande. Por um lado, as moageiras dizem que têm uma capacidade de 60 mil toneladas de farinha disponível por mês, por outro, no terreno, a situação é totalmente diferente”, observa o presidente da Aippa, Gilberto Lucala.

Um comunicado conjunto da Grandes Moagens de Angola, Kikolo Moagens e Carrinho Indústrias dava conta, na última semana, que o stock de 115 mil toneladas de trigo em grão, matéria-prima para a produção da farinha de trigo, das três moageiras nacionais assegura as necessidades de consumo do país, pelo menos, nos próximos dois a três meses, “pelo que não há motivo para recear a escassez do produto

nem o aumento repentino dos preços”, citando César Rasgado, administrador da Grandes Moagens de Angola e porta-voz das três moageiras nacionais.

A Aippa vê, entretanto, uma disparidade entre os números apresentados pelas moageiras e a escassez de farinha no mercado testemunhada pelas panificadoras, pelo que solicitou uma audiência ao ministro da Indústria e Comércio “para esclarecer esta situação”, segundo Gilberto Lucala. “Os armazéns que vendem farinha de trigo não têm, mas as moageiras garantem 60 mil toneladas de farinha de trigo por mês, onde é que vai? Alguém nos deve dizer”, insiste o representante dos panificadores, confirmando a resposta positiva de Victor Fernandes para a reunião de concertação que deve ocorrer já na próxima semana. “Pedimos a presença das moageiras, precisamos de uma reunião do Governo, as moageiras e os representantes dos consumidores que somos nós da associação”, explicou, admitindo o encerramento de mais padarias, face às dificuldades que, segundo conta, são maiores fora de Luanda. “No Kwanza-Norte, o saco de farinha está a 30 mil kwanzas, no Cunene, 28 mil kwanzas e, no Huambo, 25 mil kwanzas. Em 2019, a farinha estava a 12 mil kwanzas

e, em 2020, a 14 mil kwanzas. Portanto, teve uma subida de mais de 70%, em face disso, não se sabe se as padarias poderão vir a fechar, se não houver uma tomada de medida, não sabemos como vamos ficar”, alerta.

Ao VALOR muitos panificadores revelaram também existir uma “máfia” no negócio da farinha de trigo, dominado por grupos estrangeiros. E denunciavam alegadas práticas de discriminação no atendimento aos angolanos. “O gerente do Angolissar diz que não tem farinha para nós, mas os estrangeiros são atendidos com carrinhas carregadas de sacos de 50 quilos. Isso deixa-nos insatisfeitos, é uma situação que já se arrasta há alguns meses”, conta um gerente de uma das padarias. O responsável da empresa acusada garante, entretanto, ao VALOR tratar-se de uma “informação falsa”.

Sobre esta denúncia, o líder da associação diz desconhecer a situação, mas considera “grave” a ser verdade. “Deve ser denunciado publicamente os armazéns que fazem essa separação, vendendo um saco de farinha de trigo para os compradores angolanos mesmo com o alvará e em quantidades para os compradores estrangeiros, temos de combater essa comparação, tem que haver igualdade para todos”.



EM EVENTO SOBRE TRIBUTAÇÃO

Rui Santos critica AIPEX por obrigar empresários a pedirem benefícios

O empresário e perito contabilista Rui Santos questionou as funções da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (Aipex) e referiu que a instituição faz com que qualquer investidor tenha de “pedir” para ter benefícios.

O contabilista, com 47 anos ligados à fiscalidade, crítica o Estado por “seguir regras e processos adoptados de outros países com realidades diferentes”. “As nossas regras fiscais deviam ser universais. Sem ter necessidade de pedir. Não devia pedir a Aipex para investir. Ou então devia ter de pedir para um caso muito especial. Devia ser capaz de investir simplesmente indo ao código de imposto industrial encontrar lá a realidade de investimento”, refere.

Para Rui Santos, o processo “não é inovador” e, ainda assim, entendia como as coisas estavam estruturadas. “Há duas formas de ver: dentro da caixa e fora da caixa”, salienta.

O empresário fez estas declarações num evento em que participaram várias entidades ligadas ao sector tributário. No encontro, Rui Santos deu como exemplo o Ruanda, como “um

país que tem pensado fora da caixa”. Explicou que, nesse país, é reduzida a taxa de imposto com base na empregabilidade de nacionais. “Os incentivos deveriam ser universais. Desde que a empresa seja legal”, remata, acreditando que, com a Aipex, “o grosso de pedidos deve ser estrangeiro e não angolano”. “O nosso empresário não está muito virado para pedir à Aipex os incentivos até a que tem direito. E a lei neste aspecto está muito boa”, sublinha.

AIPEX REBATE

O presidente do conselho de administração da Aipex salientou, no entanto, que tem havido “celeridade” nos processos de investimento. Henriques da Silva lembrou as plataformas existentes e a sincronização entre vários departamentos ministeriais para dar respostas e celeridade aos processos.

Henriques da Silva declarou ainda ter recebido ‘feedback’ positivo em relação à actuação da instituição que dirige. E referiu que a Lei de Investimento Privado é recente, com apenas três anos. “Incentivamos os nacionais a inscreverem-se porque nunca é demais poderem beneficiar de vantagens fiscais que podem ser aplicadas a qualquer um, desde que inseridos nos sectores prioritários”, finalizou.



Economia/Política



ASSOCIAÇÃO APONTA DESORGANIZAÇÃO ENTRE AS CAUSAS DAS BAIXAS RECEITAS

SADIA perde 3,7 mil milhões kwanzas/mês de direitos autorais

PROTECÇÃO INTELECTUAL. Sadia estima em cerca de 4 mil milhões/mês os valores que arrecadaria. Para já não passa dos 300 milhões. Instituição e plataformas musicais trocam acusações.

Por Gil Lucamba

Cerca de 4 mil milhões de kwanzas mensais é quanto Angola deveria arrecadar se as instituições que compõe o sistema nacional de direitos de autor estivessem a funcionar em pleno. Apesar do quadro legal, no que à protecção

dos direitos de autor e conexos diz respeito, a inoperância do sistema e os elevados níveis de pirataria reduzem a arrecadação para montantes situados entre os 150 e 300 milhões de kwanzas.

Os números foram revelados ao VALOR pelo director do departamento de licenciamento da Sociedade Angolana de Direitos de Autor (Sadia), para quem o mercado musical está “completamente desestruturado” e refém da falta de transparência das companhias que nele operam, o que tem “lesado muito” os artistas e o Estado, e afugentado investidores.

Em Angola, segundo Lucival Gama, existem 67 sites piratas para fazer o download de músicas, uma plataforma pirata para

baixar filmes e duas plataformas piratas para baixar músicas. Estes sites e plataformas, deplorou, funcionam à margem da lei, uma vez que, para operarem no território nacional, as plataformas e sites de venda de músicas precisam de três licenças de entidades distintas.

Citando dados da Associação Internacional de Fonogramas (IFPI), em 2020 a maior receita (87%) da indústria musical no mundo veio das plataformas digitais.

Para breve, assegurou, a Sadia e outros serviços administrativos do Estado vão divulgar a lista dos sites, plataformas e distribuidores digitais (Contents Providers) que funcionam à margem da lei.

No capítulo da protecção dos

direitos de autor e conexos, informou, a Sadia tem investido em recursos humanos e tecnologias, e, através de acções pedagógicas, os usuários têm estado a entender a importância de pagar os direitos de autor e conexos e a respeitar os criadores de obras. Já em matéria de distribuição de valores arrecadados, fruto da execução pública, a Sadia está, neste momento, a distribuir aos autores as devidas compensações financeiras. “Desde 2016, a Sadia só voltou a fazer destruição em 2021, isso devido à suspensão da licença em 2017 que foi levantada em 2019. Ainda estamos a fazer a distribuição acreditamos que, no final Maio de 2021, vamos avançar com os dados de quantos autores

O PRESIDENTE João Lourenço autorizou a despesa para instalação da Antena Gateway da Banda KA, para gerir as capacidades previstas do Angosat – 2

exigindo o cumprimento da lei.

Em comunicado, a Unitel reconheceu que não está licenciada pela Sadia, mas afirmou que “até à presente data nada a obriga nesse sentido”. Segundo consta, com fundamento no Regulamento sobre a Organização e Actividade das Entidades de Gestão Colectivas, caso a Unitel não utilize obras de autores filiados à Sadia e desde que lhe tenham confiado a gestão dos seus direitos autorais, então não é obrigada a inscrever-se junto da Sadia. A operadora lembra que, antes de a Sadia remeter ao Senadiac o diferendo, a própria já o havia feito em Dezembro de 2020, pedindo um pronunciamento do órgão fiscalizador sobre a legalidade das actuações da Sadia. E, conforme apurou o VALOR, o Senadiac, através da sua área de contencioso, vai, esta semana, auscultar as partes para depois tomar uma decisão.

LEGISLAÇÃO INSUFICIENTE PARA PLATAFORMAS DIGITAIS

Instituído pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em 2000, para elevar a consciência sobre patentes, direitos autorais, marcas e desenhos industriais, anualmente, no dia 26 de Abril é celebrado, o Dia Mundial da Propriedade Intelectual.

Na Angola independente, a lei sobre os direitos de autor existe desde 1990 (Lei n.º 4/90, de 10 Março), tendo sido revogada pela Lei n.º 15/14, de 31 de Agosto. A lei em vigor só a partir de finais de 2019 começou a ter uma aplicação mais ampla, altura em que se registou o maior número de diplomas complementares, que possibilitaram a sua operacionalização, segundo explicou ao VALOR Barros Licença, director-geral do Senadiac. “À luz dos objetivos e fins visados com a lei, o balanço ainda está muito aquém do satisfatório”, observa, acrescentando entretanto que foi dado o arranque “na implementação do funcionamento efectivo do sistema nacional dos direitos de autor e conexos, com os principais órgãos intervenientes em actividade”. Para Barros Licença, depois da entrada em efectivo funcionamento dos órgãos, compete agora “aos cidadãos criadores e detentores dos direitos autorais fazerem o uso dos e mecanismos instituídos para o efeito.”

Sobre o grau de consciência das pessoas e instituições, em relação à

propriedade alheia, Licença refere que, à medida que se for massificando o conhecimento, se elevará a consciência dos cidadãos, individualmente e, consequentemente, da sociedade. “O facto é que o conhecimento ainda é diminuto e, por consequência, o grau de consciência ainda é baixo. Mas, comparativamente aos anos anteriores, há um crescendo, a julgar pela quantidade de usuários que acorrem ao Senadiac e o nível de abordagem e participação nos actos e/ou eventos sobre a temática”, nota.

Notando que o sector das tecnologias é muito dinâmico, traz sempre novidades e o seu número de usuários também tem crescido, Barros Licença explica que a legislação existente não é suficiente para regular as actividades nas plataformas digitais, pelo que se deverá avançar neste sentido. Para além da legislação nacional, afiançou, deve ser elaborada e aprovada a adesão às convenções internacionais sobre a matéria.

PRODUTOS FARMACÊUTICOS E ALIMENTARES DESPROTEGIDOS

A lei angolana tem uma disposição que isenta a protecção a produtos farmacêuticos e alimentares “para garantir uma saúde pública melhor, um acesso aos medicamentos para a população, conformemente ao VALOR a directora-geral adjunta do Instituto Angolano da Propriedade Industrial (Iapi).

De acordo com Carla Louro, Angola tem a prerrogativa da OMC de reconhecer patentes de farmacêuticas e alimentares apenas quando deixar de ser um país “menos desenvolvido” ou, então, a partir de 2033. “Angola está a aproveitar esse momento de transição para potenciar o seu parque industrial em termos de capital humano, em termos de pesquisa e desenvolvimento e começar a fabricar os seus próprios medicamentos e deixar de depender dos transnacionais”, afirma.

Carla Louro defende a necessidade de mais investimento a nível do capital humano, das políticas industriais, das políticas de educação, da ciência e tecnologia para que o país tenha mais patentes.

Dados do Ministério da Indústria e Comércio apontam para o registo de 64.968 marcas, 3.970 patentes de invenção e 1.694 insígnias de estabelecimentos.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

67

Quantidade de sites piratas para fazer download de músicas, em Angola, segundo a Sadia.

300

Milhões kz/mês, valor máximo de receitas arrecadadas com os direitos de autor.v zvz

receberam os seus rendimentos autorais e o valor total”, esclareceu Lucioval Gama.

SADIA ACUSA KISOM DE FUNCIONAR À MARGEM DA LEI

Segundo Lucioval Gama, as plataformas Kisom e NetShows funcionam à margem da lei, sendo que, há pelo menos oito meses, que a Sadia tenta sem sucesso negociar com a Unitel. “A Sadia está a negociar, mas não temos avanços significativos”, insiste. A Sadia, avançou, já informou ao Serviço Nacional dos Direitos de Autor e Conexos (Senadiac) “sobre as ilicitudes destas plataformas” e espera que este órgão se pronuncie nas próximas semanas,

Mercados & Negócios



NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS

Puma Energy rendeu 20,5 milhões USD à Sonangol

PRIVATIZAÇÃO. PCA da petrolífera afirmou recentemente que apenas uma vez a empresa recebeu dividendos. No entanto, contas da Puma Energy mostram que, nos últimos oito anos, apenas em 2017 não houve pagamento de dividendos.

Por César Silveira

A participação da Sonangol na Puma Energy terá rendido, nos últimos seis anos, cerca de 20,5 milhões de dólares em dividendos, de acordo com cálculos do VALOR com base nos relatórios e contas da sociedade.

De acordo com os dados, em 2021, a Puma Energy pagou em dividendos pouco mais de 21 milhões de dólares e a participação da Sonangol já era de 31,73%, fixando em cerca de 6,66 milhões de dólares a fatia que a petrolífera terá recebido.

Já em 2019, a gigante do 'midstream' e 'downstream' pagou dividendos no valor de quase seis milhões de dólares. Nesta altura, a participação da Sonangol estava

MEMORIZE

● **Relatórios** e contas da empresa indicam que apenas em 2017 consórcio não pagou dividendos entre 2015 e 2020. No somatório, Sonangol terá recebido mais de 21 milhões de dólares.

fixada em cerca de 27,99%, o que resultou em cerca de 1,7 milhões de dólares o valor que a petrolífera nacional terá recebido.

Em 2018, a Sonangol terá recebido mais de 4,8 milhões de dólares como resultado da divisão de 17,2 milhões de dólares que o consórcio pagou em dividendos.

Os números contrariam a afirmação do PCA da Sonangol, Sebastião Martins, segundo os quais, nos oito anos em que a

Sonangol esteve como associada à Puma Energy Holdings, apenas uma única vez recebeu dividendos. Os dados dos relatórios da Puma Energy, no entanto, mostram que, nos últimos seis anos, só em um, no caso em 2017, o consórcio não pagou dividendos. Mas fê-lo em 2016 e também em 2015.

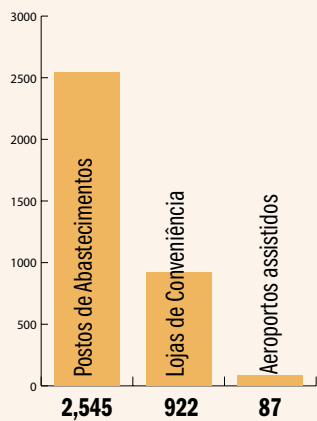
Em 2016, o consórcio pagou cerca de 4,7 milhões de dólares em dividendo, o que fixa a quota da Sonangol, que na altura detinha



LUCRO DO BANCO Sol duplicou, em 2020, face ao ano anterior ao passar de 4 mil milhões para 8,8 mil milhões de kwanzas.

Universo Puma Energy, empresa com operação em 44 países

Downstream



Fonte: Relatório e contas da Puma Energy

Negócio de Infraestruturas

18 Países

55 Milhões m³, capacidade de Armazenamento

34 Terminais

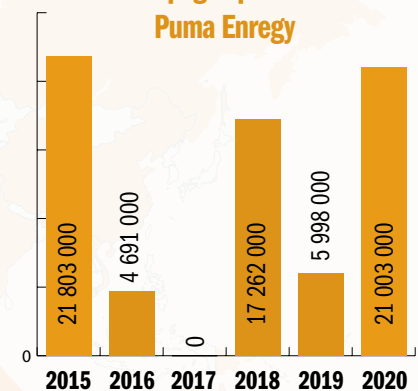
Energias Renováveis

5 Países com investimentos implementados

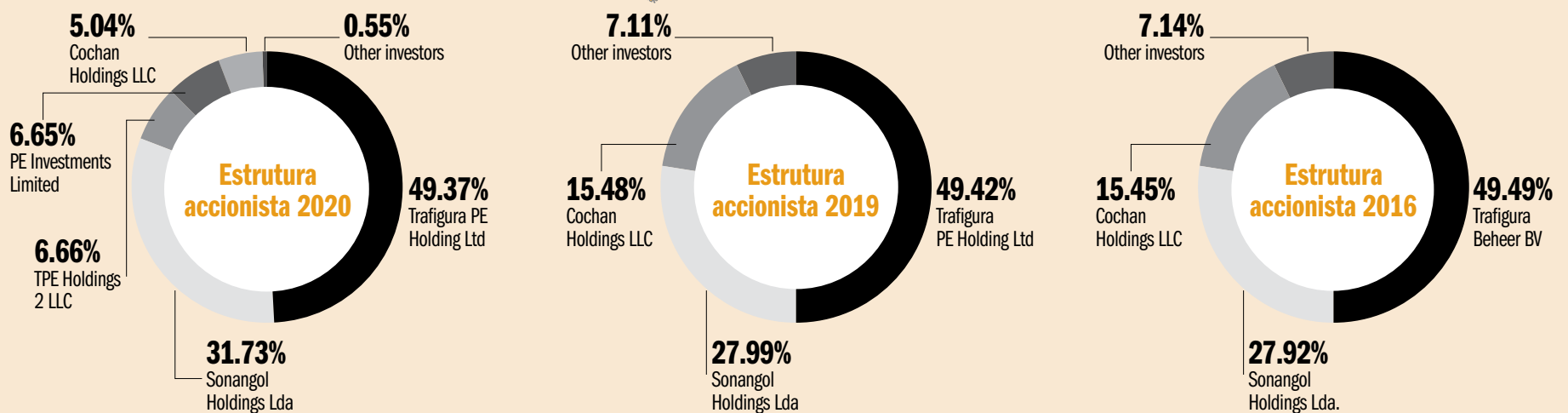
5 Milhões de dólares investidos na instalação de placas solares

3000 Mais de 3 000 potenciais sites identificados

Pagamentos pagos pela Puma Enregy



A presença da Sonangol no consórcio



Consórcio reforça posição global com entrada na Austrália

Em Fevereiro, a Puma Energy reforçou a condição de um dos maiores players do mundo no downstream, ao adquirir a australiana Ausfuel, tornando-se no maior retalhista privado de combustível da Austrália.

“A aquisição da Ausfuel, proprietária das estações de serviço Gull, Choice e Peak, adicionará 110 postos e 11 depósitos ao portfólio australiano existente da Puma Energy, tornando-a o maior retalhista independente de

combustível na Austrália Ocidental, Território do Norte, Queensland, Austrália do Sul e Nova Gales do Sul”, comunicou a empresa na ocasião.

Algumas semanas antes, a Puma Energy anunciara o seu primeiro investimento na Austrália, adquirindo o portfólio de distribuição da Neumann Petroleum de mais de 120 estações de serviço em Queensland e Nova Gales do Sul.

O CEO global da Puma Energy, Pierre Eladari, afirmou que a empresa estava comprometida com o crescimento do mercado de combustível independente da Austrália. “A mudança na dinâmica do mercado, o fechamento de refinarias e o crescente volume de importações para a Austrália abriram uma grande oportunidade para a Puma Energy investir no mercado australiano”, declarou Eladari.

27,2% da sociedade, em mais de 1,3 milhões de dólares.

O VALOR contactou a petrolífera para os necessários esclarecimentos, mas esta não respondeu até ao fecho da edição.

CONTROVÉRSIAS NAS PRIVATIZAÇÕES

A decisão da Sonangol de vender a participação na Puma Energy, e sobretudo a forma como o negócio foi realizado, reforçam posi-

ções controversas da petrolífera no seu Programa de Privatizações. Primeiro, porque a Puma Energy não se enquadra no foco principal do programa, que é a alienação dos activos ou negócios não nucleares. A Puma Energy é uma empresa internacional que opera no ‘downstream’ (refinação de petróleo bruto e processamento de gás) e no ‘midstream’ (transporte, armazenamento e comercialização de derivados de petróleo bruto). De

acordo com o ministro dos Recursos Minerais e Petróleos, Diamantino Azevedo, “não é, do ponto de vista estratégico, também do interesse do dono (Estado) manter a Sonangol nesta sociedade”. Nos cálculos para a saída do consórcio, segundo ainda a explicação de Diamantino Azevedo, pesou a necessidade de recapitalização da Puma Energy que exigiria um esforço financeiro da Sonangol de cerca de 600 milhões de dóla-

res, o que obrigaria a petrolífera a recorrer a financiamento. “Esses factores obrigaram-nos a olhar para outras soluções”, explicou o ministro, considerando ser este “o momento oportuno para sair”.

No entanto, as justificações apresentadas pelo ministro motivam muitos especialistas a questionar sobre o investimento de cerca de mil milhões de dólares que reforçou a sua posição na Unitel com 50% quando tinha os anteriores

25% na lista das alienações por ser “um activo não estratégico”.

Na prática, a Sonangol adquiriu a PT Ventures, então detentora de 25% na Unitel, bem como de 40% da Multitel. Na ocasião, a petrolífera justificou o negócio, realizado em Janeiro de 2020, com “a estabilização e a normalização das actividades da Multitel e da Unitel, considerando, sobretudo, a importância estratégica desta última para Angola”.

Mercados & Negócios

DESPEDIMENTOS NO PORTO DE LUANDA

Mais de 600 funcionários da DP World à beira do desemprego

EMPREGO. DP World rejeita ficar com os 1.200 funcionários do Terminal Multiusos do Porto de Luanda por constituir grande “excedente”. No entanto, em Janeiro, garantia manter todos os postos de trabalho. No concurso público, também assegura conservar os trabalhadores e reforçar a formação profissional. Despedimentos podem começar no fim de Maio.

Por Guilherme Francisco

O clima é de receio e tensão entre os funcionários do terminal multiusos do Porto de Luanda, agora sob gestão da DP World, perante a iminência de despedimentos em massa nos próximos dias.

Em Fevereiro, 475 funcionários foram transferidos para o Porto Seco (Mulemba), com a garantia de não serem despedidos, ao abrigo da redução de número de funcionários imposta ao Porto de Luanda pela empresa saudita que identificou um elevado excedente de trabalhadores. O que contraria o que foi afirmado ao longo do processo e no dia em que assinou o contrato de concessão com o Ministério dos Transportes.

Sob gestão do Porto de Luanda, sem qualquer vínculo contratual, os funcionários explicam “não ver bem o processo” e desconfiam de um eventual despedimento em massa.

A mesma insegurança sentem os actuais 725 funcionários que se encontram no terminal multiusos. Informações dão conta de que, a partir do fim de Maio, ou princípio de Junho, 200 funcionários poderão ir para o desemprego. “Depois de ter ganho o concurso público de exploração do terminal multiusos do Porto de Luanda, a empresa tirou quase 500 trabalha-



dores da gestão antiga e entregou ao Porto de Luanda para os gerir. Agora fala-se em mais de 200 trabalhadores que vão ser mandados para casa. Esta empresa será que veio para gerar empregos ou veio mais para aumentar o já elevado número de desemprego?”, questiona, em tom de lamentação, um funcionário cuja identidade é salvaguardada.

Um outro funcionário refere não acreditar na promessa feita pelo Porto, de salvaguardar os postos de trabalho, “uma vez que também está a desfazer-se de trabalhadores.” Por isso, não vislumbra qualquer futuro diante do “rebetar da corda no lado mais fraco” e já pensa na realização de manifestação.

Por sua vez, o sindicato de trabalhadores do terminal multiusos considera não existir qualquer indício de despedimentos. O clima de receio é motivado pela ‘amarga’ experiência na transição de gestão dos anos anteriores e “falta de compreensão” da maioria dos funcionários. “Muitos pensam que vão sair porque não falam inglês, visto que a empresa é estrangeira.” Uma posição contrariada pelos funcionários que alegam que o sindicato está a “agir em cumplicidade com a direcção da DP World”.

PORTO DE LUANDA E DP WORLD À MESA

Ao VALOR, uma fonte do Porto de Luanda confirma a pretensão da DP World em reduzir

475

Funcionários foram transferidos para o Porto Seco, em Fevereiro

alguns sejam prestadores de serviço. Está à mesa, em negociações, com a empresa sediada no Dubai, no sentido de enquadrar os excedentes no “seu escopo de negócios”.

A empresa de logística multinacional dos Emirados Árabes Unidos começou a operar a 1 de Março, após ter ganho o concurso público internacional aberto a 16 de Dezembro de 2019, que sofreu várias alterações durante o processo, e que mereceu forte contestação de uma das empresas concorrentes.

Na altura da assinatura do contrato com o Ministério dos Transportes, em Janeiro, a DP World garantia “manter todos os postos de trabalho” e assegurava ter planos para a formação profissional dos seus trabalhadores. Aliás, durante o concurso público, o projecto da DP World recebeu uma nota elevada no item “recursos humanos”, em que também está incluído o valor previsto para a formação profissional: 2,3 milhões de dólares.

Na análise à proposta da empresa do Dubai, no concurso público, o júri sublinha que “a DP World garante a incorporação da totalidade dos recursos humanos afectos à concessão, apresentando um plano de desenvolvimento específico e detalhado de formação e capacitação de quadros a vários níveis” e acrescenta que “considera o plano de formação muito adequado”.

o número de funcionários. E afasta a possibilidade de passarem à empresa pública porque se encontram em situação de pré-reforma.

No entanto, garante que nenhum dos trabalhadores ficará “abandonado”, embora

O VOLUME DE PRÉMIOS da Sanlam (marca que substitui a Saham Angola) aumentou 24%, passando de 24.888 milhões kz, em 2019, para 30.784 milhões, em 2020. O 'seguro corporate' e o de 'saúde e acidente de trabalho' garantiram cada um 42% do negócio.

BEATRIZ FRANK CRÍTICA ELEVADAS TAXAS DE IMPORTAÇÃO

Crise trava expansão de marca de roupa

A crise económica que se arrasta desde os finais de 2014 frustrou a abertura de 50 lojas, distribuídas pelo país, da marca Beatriz Frank, que chegou a ter um investimento estimado em cinco milhões de dólares. Actualmente, dispõe somente de duas lojas físicas, uma das quais inaugurada recentemente em Luanda, e outra 'online', usada em fase de pandemia para minimizar o impacto financeiro.

A proprietária, com o mesmo nome, estima ter alcançado só 1% das expectativas da marca. Projecta abrir, este ano, lojas nos principais pontos da capital, sem, no entanto, precisar o número por conta da instabilidade do mercado financeiro angolano. Cada loja poderá custar entre os 300 e os 400 mil dólares, financiadas a 50% pela banca e na mesma percentagem por investimento próprio.

“A situação irregular e a desvalorização do kwanza impedem de programar correctamente o lançamento de novas lojas”, lamenta.

Ainda assim, Beatriz Frank, fruto de compras por parte de clientes congolese, pretende, no próximo ano, abrir as primeiras

lojas nos dois Congos, cujo investimento será metade do que foi feito em Angola pelo facto de os materiais nestes países serem mais baratos. Europa e América são outros mercados em que a empresária pretende também ‘atacar’ com lojas físicas futuramente.

Por outro lado, Beatriz Frank mostra-se revoltada com as actuais taxas de importação aplicadas, que, segundo ela, juntam-se à crise económica e que isso “complica, de grosso modo, o preço final do produto”.

“Temos a taxa agravada para a importação de vestuário num país em que, aparentemente, não tem quaisquer condições para a produção de vestuário. Quem acaba por sofrer mais é a classe baixa, predominante em Angola. O Governo reviu as taxas aduaneiras, mas, mais uma vez, deixou o vestuário, como se não fosse uma necessi-

dade básica do ser humano quando aprendemos desde a terceira classe que a necessidade do ser humano é habitação, vestuário, alimentação e saúde”, crítica.

A produzir a marca de roupa, que agora se estendeu aos óculos, na China e Itália, a empresária desacredita na política de incentivo à produção nacional: “Por enquanto, é uma utopia esta propalação do executivo concernente à produção, porque, de todos os pontos de vista, é impossível produzir cá roupa porque não temos algodão, as fábricas de tecidos estão paralisadas, agora é que o Governo está a tentar reactivar algumas com imensas dificuldades. Matérias-primas, como botões, fecho, linhas e especialistas em designer, corte e costura, não temos”, lamenta.

Acrescenta, se “fizer aqui não se consegue vender porque o custo de produção é altíssimo.” Apesar disso, crê que, daqui a dez anos, o país poderá produzir roupas, caso o Governo tome “medidas urgentes.”

Com perspectiva de lançar produtos diversificados, a marca Beatriz Frank, através da loja online, exporta para os EUA, Inglaterra, Canadá, Austrália, Irlanda, França, Moçambique, Portugal e Brasil.

Por Guilherme Francisco

50

Lojas que estavam previstas, mas execução ficou em 1%



SEGURADORA VIU LICENÇA SUSPensa

Royal Seguros garante regularizar-se em três semanas

O administrador da Royal Seguros Pedro Galha antecipou ao VALOR que “esforços estão a ser desencadeados” para sanar as irregularidades identificadas pela Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg). E promete dar entrada do processo dentro de duas a três semanas.

A Arseg suspendeu, por um período de seis meses, a licença que habilita a Royal ao exercício da actividade seguradora.

De acordo com o comunicado do regulador, a medida ocorreu ao abrigo do despacho nº 158/GMF/2021e 88/21, de 12 de Abril, do Ministério das Finanças, aplicada sob proposta da Arseg. E consiste na suspensão da autorização para a subscrição de novas apólices de seguro e a subscrição de novos riscos, desde 22 de Abril, data em que foi notificada.

“A medida resultou da análise criteriosa do relatório de gestão e contas e demais elementos de informação fornecidos pela Seguradora ao Regulador, referentes ao exercício de 2019 e aos transactos”, justifica a Arseg.

O regulador constatou ainda “diversas irregularidades” que constituem trans-

gressão à legislação do sistema financeiro, nos termos das alíneas e), f), g) e i) do artigo 151º da Lei de Bases das Instituições Financeiras (LBIF), aprovada pela Lei nº 12/15, de 17 de Junho, e do sector de seguros, em particular.

“Para além de permitir que a seguradora dedique os seus melhores esforços na implementação, com o acompanhamento directo do regulador, das medidas e reformas necessárias para restabelecer as condições adequadas de operabilidade, a suspensão da autorização para a celebração de novos contratos de seguros não prejudica a obrigação da referida seguradora cumprir com os compromissos previamente assumidos relativamente aos contratos de seguro actualmente em vigor”, lê-se no documento.

A seguradora deve, conforme previsto no artigo 144º da LBIF, apresentar ao órgão regulador um plano de financiamento e de recuperação, no prazo de 45 dias, nos termos e para efeitos dos artigos 14º e 23º do Regulamento sobre as Garantias Financeiras, aprovado pelo Decreto Executivo nº 06/03, de 24 de Janeiro.

PARECER SERÁ SUBMETIDO AO GPL

Contratos entre GPL e empresas de recolha de lixo sob avaliação

O Serviço Nacional de Contratações Públicas está a avaliar os contratos públicos celebrados entre o Governo Provincial de Luanda (GPL) e as sete operadoras de limpeza urbana no passado mês de Fevereiro.

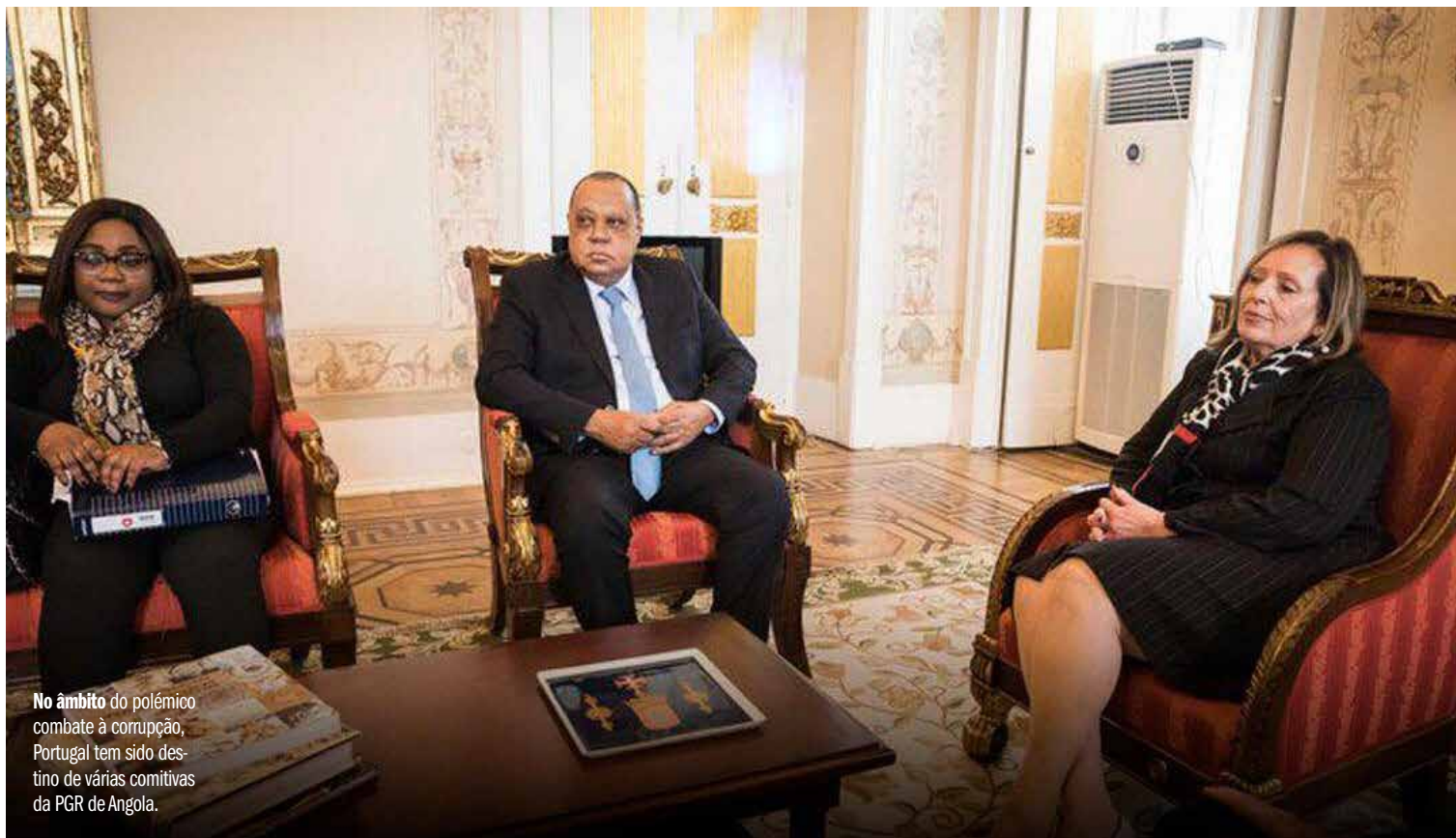
Segundo a directora-adjunta do Serviço Nacional de Contratações Públicas, Roberta Maláquias, à RNA, na eventualidade de se identificar irregularidades nos contratos, as empresas serão orientadas a saná-las e advertidas a não incorrerem nos mesmos

incumprimentos nos “próximos procedimentos concursais”.

O Serviço Nacional de Contratação Pública vai dar, após concluída a avaliação, o parecer sobre os contratos ao governo.

O concurso promovido pelo GPL foi vencido pelas empresas Queiroz Galvão, no município de Luanda, Vista Weste, municípios de Talatona e de Belas, Nova Ambiental, em Viana, Rota Ambiental, em Cacucaco, Elisal, no Cazenga, e Sã Ambiente, em Icolo e Bengo e Quiçama.

DE JURE



ITÁLIA, ESTADOS UNIDOS, BRASIL, FRANÇA ENTRE AS PREFERÊNCIAS

Portugal fora das referências de Angola na estratégia de recuperação de activos

CORRUPÇÃO. Há cerca de um ano vários advogados apelavam para o risco de o Estado, no futuro, confrontar-se com indemnizações por falta de uma estratégia que garantisse a manutenção dos bens tidos como recuperados.

Por César Silveira

Portugal está fora das escolhas de Angola dos principais modelos para a elaboração da Estratégia de Abordagem dos Activos e Bens Recuperados pelo Estado, no âmbito da Lei de Repatriamento Coercivo e Perda Alargada de Bens.

As referências recaem sobre Itália, Estados Unidos, Brasil, França e Tailândia, países que, segundo a estratégia, aprovada na semana

passada em decreto presidencial, apresentam soluções para a gestão desses activos em termos comparativos.

A exclusão de Portugal é considerada “normal” por vários especialistas consultados pelo VALOR, coincidindo no argumento segundo o qual Portugal não é exemplo quando o assunto é combater a corrupção. É, entretanto, o país onde se acredita existir a maior parte dos activos e bens por recuperar e com o qual Angola tem a cooperação judicial mais estreita.

Entre os exemplos que Angola pretende dos países referenciais, o decreto destaca “a designação

de uma estrutura existente para desempenhar as funções previstas, assumindo a coordenação e controlo físico dos activos”. E também “a estabilização de um gabinete novo (agência) centralizado para a administração, gestão e armazenamento dos activos recuperados”.

Constam ainda dos exemplos a maximização das receitas e a “minimização dos custos, tendo como premissa a liquidação célere de activos sem viabilidade económica, reduzindo a despesa fiscal”, bem como “uso dos recursos recuperados para financiar programas de recuperação de Activos”.

ESTRATÉGIA SURGE TARDE...

O Presidente da República justifica a estratégia com a necessidade de garantir uma gestão racional dos bens e evitar a deterioração dos mesmos. Entre outros pontos, a denominada Estratégia de Abordagem dos Activos e Bens Recuperados Pelo Estado determina que, uma vez consumada a recuperação, deve ser realizado um pré-diagnóstico para determinar a viabilidade económica ou não do bem.

Para os activos empresariais economicamente viáveis, o decreto determina que sejam rapidamente devolvidos para a esfera privada por via da reprivatização, enquanto, para os economicamente inviáveis, o documento considera duas possibilidades. A primeira é a capitalização com recurso ao dinheiro disponível e pertencente à própria empresa e a segunda possibilidade é a liquidação da empresa e alienação dos activos.

A estratégia surge com algum atraso, considerando que, há mais de um ano, vários juristas apelaram para o risco de o Estado confrontar-se, no futuro, “com processos atrás de processos” para pagar ou indemnizar danos e bens que hoje estão arrestados e ou apreendidos, precisamente por falta de uma estratégia que acautelasse, por exemplo, a manutenção destes activos.

“Estou, lá mais para frente, a ver processos atrás de processos a correrem contra o Estado para pagar e ou indemnizar. Não acredito que o orçamento tenha contemplado despesas para este fim”, sublinhou, por exemplo, em Março de 2020, o jurista Albano Pedro ao VALOR.

Na ocasião, o também jurista Bangula Quemba, que é advogado do antigo director do Instituto Nacional de Estrada, Joaquim Sebastião, revelou que o seu constituinte ponderava apresentar queixa contra o Igape, enquanto fiel depositário dos bens arrestados, “por danos patrimoniais e não patrimoniais” na sequência do assalto a uma das casas de Joaquim Sebastião.

Disse ainda que o seu constituinte, considerando a “incapacidade do Igape, enquanto fiel depositário, de fazer a manutenção dos seus imóveis, escreveu para esta entidade pública no sentido de o próprio garantir a manutenção, sobretudo da vivenda de Talatona, mas não recebeu qualquer resposta.

AMÉRICO AMORIM E LUÍS SILVA

Dois sucessos empresariais no furacão do 25 de Abril

REINVENÇÃO. Na revolução portuguesa de 1974, o pragmatismo de dois empresários marcou a diferença. Américo Amorim e Luís Silva não rejeitaram os ventos socialistas que se aproximavam.

Bem pelo contrário, levaram as suas empresas a negociar com os países socialistas, enquanto muitos empresários fugiam de Portugal e de Angola. Em comum, os dois cruzaram negócios com Isabel dos Santos.

Por Emídio Fernando

O Foi sem medo, sem pânico e com vontade de não fugir de Portugal que dois empresários portugueses, Américo Amorim e Luís Silva, enfrentaram a Revolução e o golpe de Estado a 25 de Abril de 1974. Uma data em que se assinalou mais um aniversário esta semana.

A queda do regime fascista significou para muita gente o fim de um mar de privilégios, em várias frentes, sobretudo empresariais.

Muitos empresários fugiram de Portugal, uns logo a seguir à substituição do chefe do governo, na altura, Marcelo Caetano. Outros no decorrer de 1974 até Novembro.

Mas não todos. Os ventos da História iam indicando que Portugal poderia passar de um regime fascista para uma governação socialista, muito próxima do marxismo-leninismo. As colónias portuguesas, em breve, iriam ser independentes. O Partido Comunista Português (PCP) dominava o espectro político. Dirigentes comunistas e socialistas saíram das cadeias políticas ou do exílio para assumir as rédeas do país. Daí que, uma das primeiras medidas diplomáticas, tenha sido o reatar das relações com a União Soviética, o 'farol' do comunismo no mundo.



O rumo que Portugal estava a levar não agradava aos empresários. Alguns viram as suas empresas nacionalizadas, outros anteciparam-se e fugiram para o Brasil, mas também para a Venezuela, Canadá e outros destinos. Os que tinham negócios em Angola também começaram a fugir, levando tudo o que podiam. Mas estes, tal como os que viviam em Moçambique, optavam primeiro pela África do Sul, país amigo de Portugal colonial, e depois pelo Brasil.

Com sinal precisamente contrário, surgem dois empresários, de dimensões diferentes, mas com um pensamento igual: seguir a onda, ser pragmático.

Luís Silva, militar, detinha uma pequena distribuidora de filmes, a Lusomundo, em 1974. Cedo percebeu onde poderia desenvolver o negócio. Como o país começava a inclinar-se para o Leste europeu, o mundo socialista, Luís Silva passou a comprar filmes nas antigas União Soviética e Checoslováquia. Além de os distribuir nas salas de cinema, ele próprio exibia-os nos seus espaços. Foi assim, por exemplo, que Portugal assistiu ao célebre 'Coração Potemkin', do russo Serguei Eisenstein e outros filmes semelhantes a glorificar os feitos dos países socialistas.

Com a estratégia de gestão, Luís Silva salvou a empresa, cresceu de tal forma que, anos depois, detinha o monopólio da distribuição de filmes, era proprietário de dezenas de salas de cinema, comprou órgãos de comunicação social e conseguiu ter uma participação na 'gigante' Portugal Telecom (PT). Depois do sucesso, vendeu a participação e a Lusomundo deu lugar hoje à NOS, empresa fundada pela angolana Isabel dos Santos.

Em 1974, Américo Amorim já era um empresário poderoso, herdeiro de uma fortuna construída com a cortiça e cujos empreendimentos iniciais remontavam a 1870.

Com mais sete irmãos, aos 19 anos, o jovem Américo herdou 2,5% por cento de uma fábrica que se dedicava a produzir rolhas para garrafas de vinho do Porto. Formou-se entretanto numa escola de comércio. Com os irmãos, fundou a Corticeira Amorim que, mais tarde, deu lugar à Ipocork e à Champcork. e posteriormente à 'holding Amorim.

Quando se dá o golpe de Estado em Portugal, Américo Amorim já estava a direccionar a empresa para a exportação, em especial, para a Europa e EUA. Com a mudança de governo, não teve dúvidas em virar a agulha: passou a vender para a União Soviética e países socialistas. Simultaneamente, apostou em colaborar com as cooperativas do Alentejo, a sul do país, e ideologicamente influenciadas pelo PCP.

O negócio correu tão bem que a Corticeira Amorim ainda mantém a exportação para o Leste europeu, além de outros mais de 120 destinos. Alargou os negócios para outras áreas, entre elas, a banca, retalho, turismo e finanças, fazendo, nalguns casos, sociedade com... Isabel dos Santos. Por exemplo, é accionista do Banco BIC.

Em 2010, entrou na lista da revista Forbes como o homem mais rico de Portugal, ultrapassando Belmiro de Azevedo. Foi ainda embaixador honorário da Hungria, no tempo em que o país era socialista. Morreu, aos 82 anos, em 2017, com problemas no coração ostentando o título do português mais rico.

(In)formalizando

RISCOS NÃO TRAVAM OS VENDEDORES

O lucrativo negócio do ouro no mercado informal

COMÉRCIO. Aparente tendência de aumento de casamentos registada nos últimos tempos vai salvando o negócio, face à crise. Vendedores reconhecem riscos, mas classificam o negócio como lucrativo.

Por Redacção

Vendedores de ouro no informal consideram “lucrativo” o negócio ao mesmo tempo que lamentam a falta de apoio tanto das autoridades governamentais como das instituições bancárias que se mostram “cépticas” da iniciativa dos jovens, segundo declararam ao VALOR.

“Temos os bancos que não cooperam com as pessoas que estão no mercado informal, ficam com medo. Esperamos ter mais apoio dos nossos governantes, os bancos devem ir mais atrás dos jovens para apostar mais na economia”, precisa um dos vendedores que diz estar no negócio, há cerca de 8 anos.

Outro grande desafio, resultante da crise económica e



agravado com a pandemia da covid-19, tem sido a importação, sobretudo por falta de divisas. “Normalmente compramos 50 a 100 fios, mas o grande problema são as transferências. Muitas vezes, compramos as divisas na rua para importar de Portugal, o que fica mais caro”, conta

outro vendedor, admitindo que chega a vender por 200 euros um fio comprado no exterior a metade do preço.

Lembrando que, antes da crise, tudo era mais fácil, o vendedor nota que o ouro “está raro e muito caro”. E aponta Cabinda e Lunda-Norte como duas pro-

víncias de onde são fornecidos também o metal precioso, além da alternativa do exterior.

OS RISCOS DO NEGÓCIO

A escassez de produto, a dificuldade de importação e o sentido de oportunidade levam a que, em muitas ocasiões, estes vendedores adquiram produtos roubados. No negócio há cerca de 10 anos, Enoque Sorte admite que já adquiriu produtos roubados e, por isso, já perdeu algum dinheiro.

Depois de trabalhar perto de cinco anos na Ourivesaria Luanda, seu primeiro emprego, decidiu abrir o seu próprio negócio que já tem também quase cinco anos. E normalmente compra de pessoas que pretendem desfazer-se do produto mesmo quando danificados. “Revendemos e derretemos para fabricar outros artigos. Algumas vezes importamos de Portugal. Não temos um sítio fixo onde a gente possa comprar, dependemos sempre das vendas dos clientes que aparecem aqui”, explica, garantindo que comprem produtos roubados mas de forma inocente. “Alguns fornecedores são sérios, mas também já tivemos casos destes (compra de produtos roubados). Vêm nos revender a baixo preço aqui na loja, mas são agarrados pela polícia na maioria das vezes e temos de devolver, pagando o artigo que muitas vezes já foi derretido. Sempre saímos a perder. Geralmente apenas apercebemos-mos que é roubo quando aparecem com a polícia”, confessa.

Mas, apesar dos riscos, para grande parte dos comerciantes continua a tratar-se de um negócio lucrativo. “Para muitos jovens empreendedores, caso tenha foco e saiba gerir bem, consegue-se viver”, reforça Enoque.

Os anéis de noivado e as alianças destacam-se entre os produtos mais solicitados “porque agora tem acontecido muitos casamentos”.

“Ultimamente para vender um fio ou uma mascote ficamos duas a três semanas sem clientes, o rendimento baixou muito desde o início da crise, esperamos que o kwanza nos facilite a compra de dólares, que os jovens empreendedores possam investir muito mais nos negócios”, perspectiva.

A venda de ouro no mercado informal tem o seu ponto forte nas praças e, como acontece com grande parte dos negócios, vai também crescendo nas plataformas digitais.



COMÉRCIO

Santa Clara/Oshikango garante 46% das receitas

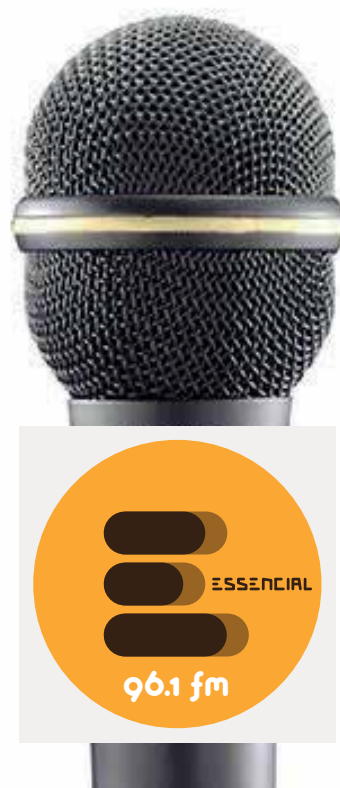
A fronteira Santa Clara/Oshikango garante 46,4% das receitas do comércio informal transfronteiriço da Namíbia que, em 2019, foram estimadas em cerca de 19,9 milhões de dólares namibianos (cerca de 1,3 milhões de dólares).

Os dados são da Agência de Estatísticas da Namíbia e foram revelados à margem da cerimónia de apresentação da Associação dos Empresários Angolanos Residentes na Namíbia para facilitar o comércio entre os dois países.

A embaixadora de Angola na Namíbia, Jovelina Imperial e Costa, disse que a associação está em linha com um dos principais objectivos do Governo angolano de diversificar a economia, trazendo novos investidores para Angola. E acrescentou que a embaixada de Angola vai dar à associação todo o apoio institucional necessário para que os empresários se possam envolver em actividades que aproximem as comunidades empresariais dos dois países.

O QUE É ESSENCIAL NOS DIAS DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

Governo das nossas micro, pequenas e médias empresas: Assembleias-Gerais



Daniel Sapateiro,
professor
doutorado
em Economia
Monetária
e Comparada

O mundo, e Angola não é excepção, tem acima de 95 das empresas constituídas por micro, pequenas e médias empresas, acima de 99% são sociedades por quotas, tanto uni como pluripessoais. Geralmente, e sem qualquer critério racional, apenas a tradição de transmissão oral de constituírem sociedades com capital social mínimo de 100.000 kwanzas. O governo das sociedades constitui

uma ferramenta ao serviço das empresas para enfrentar os desafios dos momentos muito especiais que vivemos e construir e incentivar uma cultura empresarial sólida.

No caso das sociedades pluripessoais, e o presente artigo vai focar-se neste tipo de empresas, em que tem mais do que um sócio na Certidão Comercial da Sociedade, pela dispersão de sócios, sendo que pode ser de dois até um número bastante alargado, o momento a que chegamos, Março a Maio, sendo que essencialmente o Abril é o mês de todas as decisões. E vejamos porquê, já de seguida.

Chega uma nova época de Assembleias-Gerais e com ela o tempo de fazer um balanço sobre o governo societário da perspectiva dos vários actores do nosso tecido empresarial, em especial neste contexto pandémico.

Nos últimos anos, na regulação do governo societário têm assumido grande protagonismo os temas de diversidade e de supervisão da auditoria.

1 – PERSPECTIVAS DA EMPRESA E DOS SEUS STAKEHOLDERS (SÓCIOS, ACCIONISTAS)

Os compromissos que orientam os objectivos das empresas são testes muito relevantes para

qualquer sociedade: A sociedade continua a “criar valor para os clientes”? A empresa “investe nos seus trabalhadores”? A sociedade “trata equitativamente os fornecedores”? A sociedade “apoia as comunidades em que trabalha”? A sociedade está a desenvolver uma estratégia apta a “gerar valor de longo prazo para os accionistas”?

A pandemia vem acelerar a reflexão em torno destas cinco dimensões, dando-lhe um lugar central. Esta centralidade não parece carecer de intervenção legislativa adicional. O quadro vigente tem já flexibilidade para promover uma governação sustentável, por via da Lei das Sociedades Comerciais de Angola. No caso de sociedades pluripessoais, a visão e a definição do curso da sociedade no presente, mas prin-

cipalmente para o futuro é fundamental e, desta forma, o que se aconselha é que os sócios possam chegar a acordos que sejam os melhores para os superiores interesses da Sociedade.

A gestão da empresa tem já como uma das traves mestras o dever de prossecução do “interesse da sociedade, atendendo aos interesses de longo prazo dos sócios e ponderando os interesses dos outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, tais como os trabalhadores, clientes e credores”. No que respeita às grandes empresas e grupos, esta matéria é objecto de deveres de divulgação anual de informação não financeira, isto é, a todas as áreas de negócio, departamentos além do departamento financeiro. Já quanto às sociedades do sector financeiro e sociedades cotadas

“O cal de denúncias
é uma ferramenta eficaz de detecção de
situações irregulares.”

têm vindo a ser adoptadas regras e recomendações sobre as suas práticas remuneratórias e conflitos de interesses, visando promover o alinhamento com interesses de longo prazo.

2 – PERSPECTIVAS DA GESTÃO EXECUTIVA, NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO

Nos últimos anos, na regulação do governo societário têm assumido grande protagonismo os temas de diversidade e de supervisão da auditoria. Num mundo em rápida mudança e num momento marcado por especial incerteza, exige-se algum recentramento dessa discussão, dando prioridade à liderança eficiente dos órgãos de administração e à adopção de processos de decisão e controlo interno que permitam lidar com este contexto. No fundo, o que se pretende é que haja órgãos de supervisão e órgãos de gestão corrente diária. No casos das micro, pequenas e médias empresas, geralmente é o empresário que tem este papel. Dentro de contexto, podemos advogar que, nas médias empresas, com a nomeação de um director-geral, a gestão fica a cargo desta posição com reporte aos sócios.

Para as nossas micro e pequenas empresas, o que se aconselha é que se possam munir de três posições-chave para a colaboração técnica para a tomada de decisão e mitigar riscos inerentes à actividade da empresa: um jurista, um contabilista e um bom gestor.

3 – ANÁLISE, DEBATE E APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

A gerência da sociedade por quotas ou a administração de uma sociedade por acções deve disponibilizar aos sócios ou accionistas o relatório de gestão elaborado e compilado pelas direcções das empresas, com a obrigatoriedade de constar documentos anexos, no caso de empresas ‘SA’, tais como: relatório de certificação de contas/auditoria às contas e parecer do auditor, relatório do conselho fiscal ou fiscal único. No caso das nossas ‘Lda’, cinge-se ao relatório de gestão, que inclui o capítulo do relatório e contas com as demonstrações financeiras: balanço patrimonial, demonstração de resultados económicos e demonstração de fluxos financeiros (vulgo demonstração de fluxos de caixa ou DFC).

No caso das contas do ano anterior e que são apresentadas aos sócios, as mesmas, é na óptica fiscal, isto é, é o que será apresentado ao fisco, que, no caso de Angola, é à Administração Geral Tributária (AGT).

O que a gerência ou o conselho de administração pretende com a assembleia-geral é a aprovação do relatório gestão e, com isto, lavrar-se uma acta que confirme essa aprovação e a mesma conste do relatório técnico e de contas a apresentar e enviar de forma electrónica, pela via do Portal do Contribuinte à AGT, conjuntamente com o Modelo 1 de Imposto Industrial, sempre antes do final dos prazos previstos no Código de Imposto Industrial em vigor.

Se a empresa gera lucros, é nas assembleias-gerais que se decide o destino aos lucros após a dedução das reservas legais para o capital próprio, sendo que pode haver lugar a distribuição de dividendos pela totalidade e pela participação de cada sócio na sociedade, poderão distribuir parte e outra parte ser para reinvestimento ou reinvestimento total dos dividendos, com benefícios fiscais de Imposto Industrial.

Havendo prejuízo económico na óptica fiscal e dependendo do seu volume, e se o prejuízo é isolado apenas no ano anterior ou é continuado e acumulado, os sócios devem analisar cuidadosamente a situação e tomar medidas que possam inverter a situação e ainda conhecer o valor da empresa (‘net-book value’) na parte do capital próprio, para se perceber se há necessidade de capitalização da sociedade ou não.

Pense-se, assim, nas conclusões deste balanço que o governo das sociedades constitui uma ferramenta ao serviço das empresas para enfrentar os desafios dos momentos muito especiais que vivemos e construir e incentivar uma cultura empresarial sólida, quando construído e aplicado com proporcionalidade e adequação às características do nosso tecido empresarial. É muito mais do que análise e aprovação das contas, quando se aplica, mas o fórum próprio para a deliberação da estratégia, nomeação de órgãos de gestão da sociedade, decisões de investimento, venda de património, fusão, cisão da sociedade, entre outras decisões que cabe aos donos do capital tomar e que suplantam o normal mandato das gerências e conselhos de administração das sociedades.

Combater a fraude e a corrupção através da prevenção



Luís Filipe Camelo,
Manager EY,
Forensic &
Integrity Services

A prevenção é a forma mais eficaz de combater a fraude e a corrupção de forma a proteger o negócio, minimizando o risco de condutas não éticas, indevidas ou ilícitas.

Depois da aprovação do Plano de Combate à Corrupção de 2018-22 pela PGR, da melhoria de quatro lugares no Corruption Perception Index, de 146.º para 142.º, e numa altura em que Angola deu um sinal de compromisso com os temas de transparência, nos sectores mineiro e petrolífero, integrando a EITI-Extractive Industries Transparency Initiative, torna-se fundamental que os restantes sectores, de forma proactiva, reforcem também mecanismos que previnam e minimizem a ocorrência da fraude e da corrupção.

Com a implementação proactiva desses mecanismos de sensibilização e combate será possível uma detecção mais eficaz desse tipo de situações. Alguns desses mecanismos passam por:

- Desenvolver Políticas de Compliance anti-corrupção, alinhando as mesmas com as exigências da ISO37001, certificação internacional que responde às necessidades de Compliance, suborno e corrupção;
- Promover formações em Compliance, ética e integridade, de forma a sensibilizar e capacitar os colaboradores sobre os riscos inerentes ao incumprimento das práticas de Compliance, fraude e corrupção, bem como à forma como esses riscos podem e devem ser mitigados;
- Implementar um canal de denúncias, de forma a prevenir riscos financeiros e reputacionais, bem como aumentar a confiança na empresa, interna e externamente. O cal de denúncias é uma ferramenta eficaz de detecção de situações irregulares, sendo que, de acordo com o estudo da ACFE

2020, mais de 40% das situações identificadas nas empresas o foram com recurso a essa mesma via;

- Implementarem um Sistema de Avaliação de Risco de Terceiros, sejam eles fornecedores, clientes, partes relacionadas ou outros, de forma a identificarem os terceiros com que se relacionem, minorando a exposição a riscos financeiros e reputacionais que daí possam advir, suportando as principais decisões de gestão e de negócio.

Fomentar uma cultura de combate proactivo à fraude, corrupção e Suborno, permitirá uma detecção mais eficaz das situações, bem como uma resposta mais célere e direccionada para que seja possível reduzir ao máximo a exposição para com estes tipos de riscos, embora os mesmos nunca sejam mitigados na sua totalidade.

A implementação desta cultura de prevenção potencia a confiança interna e externa na empresa permitindo, ainda que, para além do supramencionado, que exista um ambiente de transparência, ética e integridade.



Opiniões

Mobile Money – poderosa ferramenta financeira em África



Yuri Tyikoti,
consultor

Em 2006, um novo conceito de sistema financeiro foi implementado com sucesso no Quênia. A perspectiva era aumentar a penetração dos serviços financeiros de uma forma particular e, consequentemente, aumentar o índice de inclusão financeira das comunidades mais pobres. Foi criado um modelo financeiro-tecnológico para servir propósitos de microcrédito para as comunidades mais desfavorecidas nas zonas rurais.

A iniciativa surgiu de algumas empresas operadoras de telefonia móvel, em parceria com algumas instituições financeiras de microcrédito. O uso do telemóvel tinha uma penetração considerável nas populações. Daí a ideia de se criar uma tecnologia suportada pela utilização do telemóvel, com a possibilidade de evoluir rapidamente para aspectos mais preponderantes de utilização, como pagamentos de serviços de conveniência e transacções financeiras diversas.

Um estudo-piloto foi levado a cabo pela Vodafone, na província de Thika (no Norte do Quênia). A implementação do modelo teve logo um impacto, mas trouxe uma surpresa: as pessoas não estavam só a utilizar para adquirir microcréditos. Surpreendentemente, descobriu-se que os utilizadores começaram a enviar dinheiro, devido à rapidez e a facilidade com que era realizada a operação. Foi nesse momento que se identificou um dos maiores desafios e a maior revolução da história do sistema financeiro do Quênia. Foram dados os primeiros passos para um modelo financeiro que viria

a ser conhecido como Mobile Money.

O resultado do estudo abriu portas para que o modelo fosse repensado e que o foco passasse a ser também, além do acesso fácil ao microcrédito, o envio de dinheiro. Em 2007, foi lançado oficialmente pela Vodafone, o M-Pesa a primeira plataforma de Mobile Money no país e, pouco tempo depois, o modelo foi replicado e adaptado em vários outros países africanos com uma variedade de serviços e utilidades.

O modelo criou um novo conceito de encarar a gestão das finanças e manuseio de dinheiro para quem estivesse fora do circuito financeiro da banca convencional. O conceito varia em toda a indústria, por abranger uma variedade ampla de aplicações sobrepostas; mas é um termo que descreve um determinado serviço que permite transacções financeiras electrónicas através de um dispositivo móvel.

O Mobile Money é também referenciado como 'Serviços Financeiros Móveis', 'Carteira Móvel', 'Carteira Electrónica' ou ainda 'Pagamentos Móveis'.

Para se entender o conceito, é necessário termos em conta três factores essenciais:

O Mobile Money tem origem nas operadoras de telefonia móvel

e nas sociedades de microcrédito, mas pela natureza própria do sistema e até pela sua abrangência, volume e riscos associados às operações financeiras, de acordo com a realidade jurídica de cada país, foi criado um regime próprio de exclusividade para entidades que queiram operar neste segmento. Todas têm em realidades em comum, o de serem tuteladas pelo banco central e estarem submissas às regras de controlo interno e externo sobre 'compliance' e medidas de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Algumas situações que se verificam em países com leis mais con-

solidadas sobre Mobile Money: as operadoras de telefonia móvel precisam de criar uma estrutura independente para acomodação das condições exigidas pelo banco central para terem licença específica para operar e gerir uma plataforma; as instituições financeiras bancárias precisam de uma licença acessória para operar a plataforma e preencher determinados requisitos legais e de 'compliance' e as não-bancárias precisam de serem constituídas 'ex novo', seguindo requisitos para que sejam licenciadas a operar de forma independente na área exclusiva de Mobile Money.

Em Angola, o BNA está a dar passos positivos para a acomodação destas instituições e, em Abril de 2020, emitiu um pedido de informação com o propósito de alavancar a inclusão financeira e priorizar a implementação do Sistema de Transferências Móveis e Instantâneas (STMI), com abrangência nacional e acessível a toda a população. O BNA pretende seleccionar uma entidade idónea e com capacidade reconhecida para gerir a infra-estrutura de compensação e 'switchs'.

A natureza da conta de origem dos fundos transaccionados é o factor nº 1, quer na essência como na constituição. O Mobile Money actua

no sector financeiro e pode não ser um banco. Há a necessidade de que os fundos transaccionados estejam numa conta virtual/electrónica dentro de uma plataforma agregadora de serviços. Por último, mas não menos importante, é preciso ter em atenção ao acesso do utilizador à plataforma, desde a rede de agentes, registos e canais de acesso prioritários.

A terminologia em português Dinheiro Móvel, da tradução literal do Mobile Money, é aceite, dependendo do contexto.

OPORTUNIDADE PARA ANGOLA

O circuito financeiro do Mobile Money configura o maior elemento de inclusão financeira e transformação social de todos os tempos, portanto o mais avançado. Numa realidade como a angolana, em que grande parte da população resiste à inclusão financeira da banca convencional e por haver um grande nível de informalidade, urge a necessidade de se encontrar formas e sistemas cada vez mais simplificados e adaptados. É preciso levar os serviços e produtos financeiros às populações, de forma conveniente, rápida, próxima e menos burocrática.

Com uma implementação efectiva e funcional de Mobile Money, poderemos constatar o seguinte: redução das constantes enchentes e filas intermináveis nas agências bancárias e ATM; maior inclusão financeira das comunidades rurais através do telemóvel sem necessidade do recurso à internet; maior acesso, conveniente e rápido, aos serviços de utilidade públicos e privados (luz, água, televisão, internet, escola, saúde, seguros, etc.); maior acesso a produtos de microcrédito; e maior liberdade na utilização e gestão das finanças.

Existe um leque vasto de benefícios e uma porta que se abre para o desenvolvimento através da inclusão financeira e da transformação social das comunidades, com a implementação dos serviços de Mobile Money.

O circuito financeiro do Mobile Money configura o maior elemento de inclusão financeira e transformação social de todos os tempos, portanto o mais avançado.



“Em sumário, o ‘road show’ não trouxe nada de novo e, como já se verificou na oferta dos blocos das bacias de Benguela e do Namibe, vai ser mais um ‘flop’.”

A ANPG e o “Road Show”



António Vieira,
ex-director da
Cobalt Angola

A pesar de inicialmente previsto para dia 6, realizou-se dia 12 de Abril, com uma semana de atraso, o ‘road show’ para os blocos ‘onshore’ das bacias do Kwanza e do Congo. E a montanha pariu um rato: a ANPG não conseguiu fazer melhor do que a Sonangol fez em 2012-13.

Foi novidade o ministro dos Petróleos avisar os presentes que iria ler o seu discurso e, publicamente, dizer que assumia a responsabilidade pelo mesmo. Tudo o resto foi fuba do mesmo pilão.

Ao fazer este comentário, um velho camarada perguntou-me sobre o que eu estaria à espera: muito simplesmente estava à espera de uma série de medidas que pudessem trazer os investidores para o terreno. Por outras palavras, esperava por um trabalho muito mais alargado, uma reforma profunda e significativa da actuação do sector.

Obviamente que a idade do petróleo está a chegar ao fim e, como tal, não há muito tempo a desperdiçar. Portanto, eu estava à espera de medidas que fossem possibilitar e até facilitar o desempenho da indústria tendo em consideração o pouco tempo disponível. Para tal, há que criar condições para que os actores privados reajam de acordo. Basta o risco de sucesso de exploração, contrariamente ao risco de conversar e depender de concessionários. Afinal de contas, é nessa conversa e dependência que se aloja a corrupção. Como o faria se eu fosse a entidade reguladora?

Até ao presente o relacionamento com as empresas de petróleo tem sido feito através de contratos



de partilha de produção, (‘PSA’), a excepção do contrato do Bloco 21. Esse modelo contratual, que foi o motor da nossa indústria, está ultrapassado para além de ser o culpado de grande parte da miséria e corrupção com que o país vive. Quais as razões para, em paz de espírito, eu fazer esta afirmação?

1.º - A essência do contrato fixa o Governo como proprietário do recurso e, através dele, partilha o recurso com a instituição que financia a exploração.

2.º - A empresa que financia a exploração tem direito a recuperar todo o investimento feito acrescido de um juro (‘uplift’) que varia entre 30 e 50%.

3.º - Pese o facto de hoje já não necessitarmos de encorajar a indústria a “vir para Angola”, uma vez que o risco diminuiu com a quantidade de descobertas feitas até agora, o ‘uplift’ é prejudicial porque reduz o lucro para país.

4.º - Com o ‘uplift’, quanto mais a empresa gasta, maior o juro que recebe o que agrada sobremaneira as multinacionais e, como tal, a empresa tem o encorajamento que necessita para não reduzir custos, podendo, muitas vezes, fazer exactamente o contrário.

5.º - Eliminando o ‘PSA’ e criando um sistema de titularidade dos recursos, as empresas terão o encorajamento para melhorar a eficiência, cortar os custos e aumentar a pro-

dução, neste momento a baixar para os piores níveis dos últimos 10 anos para cerca de metade do que já foi 6.º - Sem ‘PSA’, elimina-se o território escorregadio da influência indevida, o que é o suporte dos altos níveis de corrupção que afecta a indústria e a vida do país.

Ao eliminar os ‘PSA’, iríamos recomençar uma nova página realmente muito mais atractiva não só para os velhos produtores, mas também para os produtores ‘onshore’ para quem o ‘road show’ se destinava.

Pessoalmente, estava à espera que, neste ‘road show’, a ANPG colocasse à disposição dos candidatos nacionais, os pequenos empresários que se querem atirar de cabeça nessa aventura em vias de expirar, uma série de medidas encorajadoras fáceis de seguir e transparentes. Pessoalmente, eu esperava o seguinte:

1. Um concurso público para os blocos que solicitasse um programa de trabalho específico e dinâmico.

2. Esse programa de trabalho seria acompanhado duma garantia de capacidade financeira suficiente para a execução do programa de trabalho e, deste modo, garantir a obtenção do bloco, sem ‘PSA’.

3. O Governo, conforme representado pela ANPG, teria direito a um ‘royalty’ escalonado a partir dum nível de produção determinado, sem quaisquer obrigações

de participação no investimento.

4. As empresas ficariam sujeitas a impostos sobre os lucros obtidos como é normal, podendo mesmo a taxa ser nominalmente mais elevada a ser definida pelo Ministério das Finanças.

5. Os dados existentes deveriam ser colocados à disposição das empresas para que pudessem fazer uma avaliação preliminar a fim de determinarem o seu interesse sem o pagamento de um milhão de dólares para o fazer.

Deste modo, o Governo deixaria de ser parte integrante da despesa de exploração e o risco ficaria exclusivamente nas mãos das empresas. Por sua vez, sendo as empresas proprietárias dos recursos, o interesse junto da banca para proceder ao financiamento tornar-se-ia muito mais substancial e, como tal, ficaria muito mais fácil obter os financiamentos necessários para o desenvolvimento, expansão, alargamento e melhoria das condições de operações. É que os bancos internacionais não se importam de ter na sua folha de contas um portfólio com reservas de petróleo e gás.

Em sumário, o ‘road show’ não trouxe nada de novo e, como já se verificou na oferta dos blocos das bacias de Benguela e do Namibe, vai ser mais um ‘flop’. As multinacionais que operam em Angola não irão participar porque os campos

possíveis são demasiado pequenos para os seus objectivos e dimensão. As petrolíferas nacionais, incluindo a Sonangol, só participarão por uma questão de solidariedade com a Agência. E mesmo estas, por questão de risco e coragem para investir, estarão de olho em ‘joint-ventures’ com investidores estrangeiros juniores que não se sentem encorajados pelos altos custos operacionais, pelas dificuldades burocráticas e ambientais que se avizinham, e porque o apetite para os hidrocarbonetos está a esfumar-se. É que o ‘deadline’ já está à vista.

Por outro lado, este ‘flop’ irá certamente acender a luz vermelha que irá pôr fim à projectada aventura e assalto à bacia do Okavango.

Portanto, aqueles que, como eu, pensavam que iria realmente haver uma oportunidade para a Somoil, Prodoil e ACREP Angola, para além de várias outras que poderiam surgir, viram essa oportunidade esfumar-se por entre os dedos. A falta de experiência sobre um modelo diferente de operar a indústria petrolífera está realmente a afectar a melhoria do seu desempenho em Angola para o benefício do Ministério das Finanças. Ao manterem-se os ‘PSA’, que as multinacionais adoram, menos ‘income’ fica no país para a melhoria da saúde, educação e bem-estar geral das populações. Estando a indústria de petróleo a caminhar para o seu termo a passos largos, não se compreende a decisão de quem manda.

Ainda vamos a tempo de reverter esse quadro maleficiente. O alargamento da indústria é possível e poderá ser lucrativo sobretudo tendo em conta o fim próximo da indústria. Mas há que reagir de forma rápida e eficiente. Espero que a ANPG se ajuste com a rapidez devida e se adapte aos dias de hoje. O PSA é pré-histórico tal qual os crocodilos do Panguila. Há que pô-lo no museu. Só assim, iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Na sexta-feira que passou foi dia mundial do livro e coincidiu com os reportes dos estragos de um violento incêndio na Cidade do Cabo, África-do-Sul, que destruiu dezenas de milhares de livros de coleções absolutamente preciosas da literatura africana. Coleções que não podem ser substituídas.

Aconteceu numa biblioteca que é considerada das melhores do continente e que serviu de centro intelectual que formou mentes que mais tarde fomentaram o combate ao Apartheid, por exemplo. Uma lembrança do porquê que os livros são tão importantes

para abrir mentes, para nos ajudar a livrarmo-nos do que atrasa o nosso desenvolvimento,

para nos ajudar a crescer e também para nos ajudar a reconhecer padrões perigosos como o sistemático encolher do espaço mediático que o nosso governo tem levado a cabo, e que conheceu, também no início da semana (como o incêndio) mais um episódio negro. Desapareceram canais de televisão das plataformas que os angolanos pagam, assim, sem aviso prévio, sem quem nem qua, sem preocupação com milhares de empregos que essas estruturas geram, com contratos que têm de honrar, enfim com pouco mais do que inconformidades administrativas para explicar, em mais uma macabra medida ao estilo Orwelliano e que ainda vai dar muito pano para mangas.

No dia mundial do livro, neste espaço que foi para o ar na Radio Essencial sexta-feira, valeu deixar a devida vénia a todos os que contribuem para o aumento da literacia, para espalhar livros onde

podem, para incentivar os hábitos de leitura num país em que basta olhar para o Orçamento Geral do Estado e para a fatia que a educação deveria receber que é de 6,8% (e que tendo em conta as taxas de execução miseráveis que o OGE regista será certamente muito menos), que dá para se perceber que o livro não é prioridade na agenda. Estes 6,8% equivalem a um bilião nove mil milhões de kwanzas. Um número curiosamente tão próximo de grafia, quanto é longínquo em valor monetário do orçamento dedicado à defesa, que segundo a consultora de análise económica GlobalData citada esta semana pela Voz da América vai saltar de 900 milhões não de kwanzas mas de USD para 1,9 mil milhões de USD até 2026 com um aumento anual de 3,2% “mantendo Angola como um dos países que mais gasta com a defesa”. O orçamento da cultura executado, esse então, dizem organismos como a União dos Escritores Angolanos, que não recebem

A escrita das obras, a impressão, a venda, o próprio consumo é neste quadro de tanta praga um acto de coragem que vale bem mais do que uma humilde vénia no dia mundial do livro.

apoio do Estado que chegue sequer para manter a velha sede que tem de alugar espaços para poder manter as paredes de pé.

As prioridades do governo veem-se assim. E agora pergunto eu que seria se esse investimento na defesa nos defendesse das múltiplas pragas que nos afligem... Das 10 pragas do Egipto temos: as temos pragas de gafanhotos; não

temos chuvas de granizo ainda, mas temos pragas de dilúvios, porque uma chuva que mata mais de 24 pessoas, só pode ter a categoria de praga; não temos rio de sangue mas temos praga de água suja, temos praga de moscas, graças ao lixo que motivou na semana passada a criação de mais uma comissão; temos moscas que até ganharam a categoria de animais domésticos, de tal ordem grandes e gordas que são; temos as pragas das doenças que elas trazem e das outras que sempre nos afligiram sem melhorias. Temos a praga de ter tantas pragas que a compra de livros é relegada para fora das prioridades da maioria e com isso a falta de cultura vai-se tornando também ela cultural.

E temos uma praga mais desgrçada que são dirigentes que fingem que não vêm essas pragas. Fingem que não veem a fome e desespero à sua volta, e andam cegos à procura de vingar passados que não interessam nada aos seus governados e em nada contribuem para que se melhore.

Aos escritores angolanos, os que o são já e os que hão de ser no futuro, há que lhes deixar a devida vénia de encorajamento, porque num país assolado por pragas não é fácil sequer sobreviver, menos será sobreviver produzindo obras, ainda que algumas se sirvam da realidade perturbadora à volta e a transformem em inspiração, continua a não ser fácil. A escrita das obras, a impressão, a venda, o próprio consumo é neste quadro de tanta praga um acto de coragem que vale bem mais do que uma humilde vénia no dia mundial do livro.

Mas como em tudo o que está mau consegue haver sempre alguma luz há iniciativas especiais que merecem menção incentivo e ajuda. Uma é UM LIVRO UMA CRIANÇA MUITAS LEITURAS do jornalista Rui Ramos, que já criou 133 bibliotecas e já espalhou mais de 33 mil livros pelas 18 províncias do país. Estas sementes que permitem germinar um futuro em que as nossas crianças se apaixonam por livros, podem através deles viajar, sonhar, e aprender merecem todo o apoio, são um lavar de alma, e por isso aproveito aqui querido leitor este espaço, para também pedir apoio para este projecto que tem página no Facebook que pode encontrar procurando por um livro, uma criança, muitos hospitais e que aceita doações em livros. Pense que o livro que doar vai fazer as maravilhas de uma criança algures em Angola.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Edição 254 Likes 686 Partilhas 70

A edição 254 do Valor Económico anunciava Paixão Júnior e Isaac dos Anjos serão ouvidos pela PGR, manifestações dos ex-trabalhadores do Banco Postal e a entrevista de José Carlos Bettencourt que lembrava que “Política é resolver a fome das pessoas, dar emprego e não plano bonito” tudo numa edição que alcançou mais de 110 mil pessoas e obteve cerca de 14 mil interações entre reacções partilhas e comentários.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Nelson Domingos Francisco Comandante
O carnaval fora de época, continua, é triste...



Domingos Campos Campos
Processos de fachadas



Reverendo Oliveira Pangula
Grande distração!



Alejandro Ruben Villalobos Perez
Dar empregos dignos!



Nelson Cunha Manuel
Mais uns para penas suspensas



Páscoal Jacinto
Todos do MPLA que exerceram ou exercem cargos públicos são todos GATUNOS



Angelo Cardoso
Sócrates...e nada mais tenho a dizer...ahahahahahah



Tiny Leitao Ribeiro
Mais um capítulo da novela



Carlos Freitas
Já reparam tudo que está a ser confiscado está a ir a baixo. Tem o kero como exemplo



Osvaldo Lubaco
Massanoooooooooooo olha o Banco postal



Joao de Abreu
É o combate a qualquer coisa do PR... Que piada essa cena...



Nelson Chivanja
Esse País... sinceramente... Nenhuma empresa dura, dirigentes condenados com boa vida em casa...



Elianado Americo Americo
Mais um filme de comédia



Nelson Pompilio
O povo está farto de cinema, essas notícias já não dizem nada ao povo angolano, é só para dizer que estão a trabalhar... mas no fundo não passa de teatro..



Edjane Foios
As próximas pedras do tabuleiro de xadrez, à semelhança dos antecessores, Rabelais, Augusto Tomás etc, chamuscam-se os apelidos, já os &&&&, esses mantêm-se, e xilindró, é pra raia miúda!!



Celso Antonio Quidiaça
Esse país é mesmo sério onde os que roubam galinha ou botija de gás ficam 5 ou mais anos na cadeia ao passo que quem rouba milhões fica em liberdade. E isso que chamamos de justiça?



Lucas Lourenço Dala Dala
Celso Antonio Quidiaça Do ponto de vista jurídico, os gestores públicos não praticam roubo mas sim peculato



Cossengue José
No final.14 anos penas suspensas. Ontem à noite, no Huambo o meu vizinho marimondo que levou 8 anos de prisão por peculato no ano passado, lhei vi com umas moças com chapéu e camisolola do MPLA a bater a porta dos vizinhos mobilizando-os pra um ato de massas no sábado. Eu pensei que está na cadeia afinal está em casa organizando comícios.

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7

Covid-19



CONTRA ASTRAZENECA

Comissão Europeia avança para tribunal

A Comissão Europeia informou que inter pôs uma acção judicial contra a farmacêutica AstraZeneca, por não ter respeitado o contrato de entrega de vacinas assumido com os Estados-membros da União Europeia (UE). A informação foi avançada pelo porta-voz do executivo comunitário para a Saúde, Stefan de Keersmaecker, durante a conferência de imprensa diária da Comissão. Segundo o porta-voz, a acção judicial foi interposta porque “alguns dos termos” do contrato negociado entre a AstraZeneca e a Comissão Europeia “não foram respeitados”, não tendo a farmacêutica em questão apresentado uma “estratégia credível para assegurar a entrega atempada de doses”. “O que nos importa neste

caso é assegurar que há uma entrega rápida de um número suficiente de doses a que os cidadãos europeus têm direito, e que foram prometidas com base no contrato”, sublinhou. Reiterando assim que a Comissão Europeia inter pôs a acção judicial “em seu próprio nome e no nome dos 27 Estados-membros” da UE, De Keersmaecker também referiu que todos os países estão “totalmente alinhados no apoio” à iniciativa lançada pela Comissão. Através da sua conta oficial na rede social Twitter, a comissária com a pasta da Saúde, Stella Kyriakides, também confirmou a acção judicial, sublinhando que “a prioridade” da Comissão é assegurar-se que “as entregas de vacinas ocorrem para proteger a saúde” dos cidadãos europeus. Nesse sentido, Kyriakides destaca que, “em conjunto com os Estados-membros”, a Comissão decidiu “instaurar processos

judiciais contra a AstraZeneca”. “Cada dose de vacina conta. Cada dose de vacina salva vidas”, escreveu a comissária no Twitter. A AstraZeneca tem estado envolta em polémica devido à incapacidade de distribuição para a UE e também à exportação de vacinas de fábricas europeias para países terceiros, nomeadamente para o Reino Unido, o que levou Bruxelas a criar em janeiro passado um sistema de controlo de tais operações. No final de Março, a Comissão Europeia anunciou um reforço deste mecanismo de transparência e de autorização para exportações de vacinas, num esforço para assegurar o acesso atempado aos fármacos contra a covid-19 através da introdução dos princípios de reciprocidade e proporcionalidade. Por sua vez, o grupo farmacêutico anglo-sueco Astra-

Zeneca considerou “sem fundamento” a acção judicial apresentada pela União Europeia (UE) pelo atraso na entrega das vacinas para combater a covid-19, garantindo que irá defender-se “firmemente”. Num comunicado, a AstraZeneca afirma ter “respeitado totalmente” o contrato assinado com Bruxelas e espera ter “a oportunidade de resolver o litígio o mais rapidamente possível”, garantindo ainda estar preparada para entregar 50 milhões de doses até ao final do mês, “em conformidade com as previsões”. A UE, pelo contrário, argumenta que a farmacêutica falhou, no primeiro trimestre do ano, a entrega de 30 milhões de vacinas a Bruxelas, dos 120 milhões prometidos contratualmente, sublinhando ainda que a AstraZeneca só irá conseguir entregar 70 milhões das 180 milhões inicialmente previstas para o segundo trimestre.

COVID ÍNDIA

OMS nota intensificação da pandemia

A Organização Mundial de Saúde alertou que na última semana houve tantas novas infecções pelo SARS-CoV-2 como nos primeiros cinco meses da pandemia da covid-19, salientando que a situação na Índia é “para lá de dilacerante”.

“Globalmente, a pandemia continua a intensificar-se”, afirmou o director-geral da agência das Nações Unidas para a saúde numa conferência de imprensa virtual a partir da sede da organização, em Genebra, notando que pela nona semana consecutiva há um aumento da média de novos casos e pela sexta semana consecutiva, de novas mortes.

Tedros Ghebreyesus saudou “as pequenas descidas em novos casos e mortes” em algumas regiões do mundo, mas voltou a apontar a disseminação do vírus na Índia como uma situação especialmente preocupante.



PORTUGAL REGISTOU, na última segunda-feira, o primeiro dia, desde 3 de Agosto, sem mortes por covid-19, em 24 horas, tendo ainda registado mais 196 novos casos da doença.

EM 100 DIAS

Índia administra mais de 141 milhões de vacinas

A Índia administrou, nos primeiros 100 dias da campanha de vacinação, 141 milhões de doses de vacina contra a covid-19, enquanto enfrenta uma violenta segunda vaga da pandemia que colocou o país à beira da crise.

O Ministério da Saúde da Índia revelou que as autoridades administraram 141,9 milhões de doses nos primeiros 100 dias da “maior campanha de vacinação

do mundo”, que começou no dia 16 de Janeiro neste país de cerca de 1,35 mil milhões de habitantes.

As autoridades indianas estabeleceram a meta de vacinar com as duas doses necessárias cerca de 300 milhões de pessoas até ao final de julho, mas os números diários da vacinação lançam dúvidas sobre a viabilidade do objectivo. O país administrou, até agora, as duas doses de vacina

a 22 milhões de pessoas, com uma das duas fórmulas em uso: Covishield, da AstraZeneca, e a indígena Covaxin, do laboratório indiano Bharat Biotech.

O sistema indiano de produção de vacinas está no limite, como sublinhou Adar Poonawalla, director executivo do Serum Institute of India (SII), o maior fabricante e produtor mundial de vacinas de Covishield.



VENDA ILEGAL DE VACINAS

Polícia deteve dois cidadãos em Luanda

A Polícia deteve dois cidadãos nacionais, em Luanda, acusados de venderem vacinas contra a covid-19 a estrangeiros, por 10.000 kwanzas.

A informação consta do balanço da Polícia Nacional sobre a situação de segurança pública, salientando que as detenções, as primeiras que as autoridades divulgaram, ocorreram fruto de uma denúncia pública.

De acordo com a nota da polícia,

os implicados vendiam as vacinas a cidadãos estrangeiros, que não fazem parte da lista de prioridade do Plano Nacional de Vacinação, pelo valor de 10.000 kwanzas.

Além das vacinas, os suspeitos são igualmente acusados de comercializarem o cartão de vacina, bem como o comprovativo da realização do teste de covid-19 no valor de 5.000 kwanzas.

BRASIL

Vereador abre caixão para provar que idoso não morreu de covid-19

O vereador William Faria (PT), de Santa Bárbara do Leste, em Minas Gerais, Brasil chocou os moradores da cidade, nesse domingo (25/4), ao usar uma faca para abrir um caixão lacrado, com o corpo de um homem de 92 anos, que morreu depois de apresentar os sintomas da covid-19. O vereador alega que o homem não morreu por covid-19 e sim por Síndrome Respiratória

Aguda Grave (SRAG). O lacre no caixão revoltou o vereador, que contestou o procedimento adoptado pela Prefeitura de Santa Bárbara do Leste, alegando que o idoso merecia um funeral digno, e não ser sepultado envolvido em plásticos.

O acto foi filmado e o vídeo postado nas redes sociais. Foi muito partilhado e a polícia

está a investigar o vereador por suposto crime de infração de medida sanitária preventiva, previsto no código penal brasileiro.

De acordo com a Polícia Civil, o atestado de óbito atribuiu a causa da morte à síndrome respiratória e não à covid-19 porque esperava-se pelo resultado do exame RT-PCR, que determinará se a covid-19 foi a causadora da SRAG.



Marcas & Estilos



Ambiente suave

A base desta lâmpada da And Jacob é esculpida numa peça sólida de mármore. O embutido é uma peça de latão. A sombra de vidro opala flutua. Perfeito para o escritório, quarto, sala de estar ou qualquer lugar onde queira adicionar iluminação ambiente suave.



Um desenho e tanto

O Charcoal Black Cowl é um cachecol sem complicações que nunca perde a forma. É projectado para bloquear o vento, preencher as lacunas de um blazer e reter o calor. É óptimo para andar de bicicleta, ir para o trabalho, viajar ou acampar.



AUTOMÓVEL

Entregas... em breve

Depois de ter apresentado o Valhalla no Salão de Genebra há dois anos, provocando grande agitação no mercado dos super-desportivos, a Aston Martin comprometeu-se a desenvolver um 3.0 V6 biturbo, considerado um 'Hot V' por ter o escape no interior do V6.

A marca parece ter optado, afinal, por trocar o 3.0 V6 biturbo por um 4.0 V8 biturbo, o mesmo que a alemã vai montar no AMG GT73, que assegurará cerca de 800 cavalos. Com mais potência nos motores eléctricos, não será difícil aproximar a potência total do milhar de cavalos, não defraudando as promessas aos potenciais interessados, sobretudo os que já encomendaram e sinalizaram o super-desportivo.

O Valhalla será apresentado na versão definitiva ainda este ano, para depois ver as primeiras unidades a serem entregues no início de 2023.

AGENDA

LUANDA

28 DE ABRIL

O projecto Noites de Poesia regressa com a apresentação da plataforma do 'Clã da Literatura', no espaço Wyza Anfiteatro, a partir das 18h00.

30 DE ABRIL

Em alusão ao Dia Internacional do Jazz, o projecto Saxtarte realiza Oficina de Jazz Latino, entre as 14h30 e as 17h30. Contacto: 931 732 214

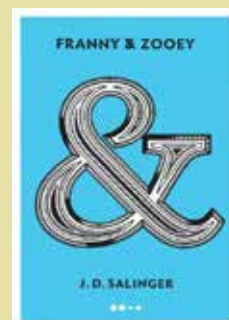
30 DE ABRIL

A Kuanza Eventos apresenta, na última sexta-feira de Abril, a primeira edição do 'Clássicos na Kuanza', na sala número 2 da ZAP Cinema do Shopping Avenida, a partir das 18h00.

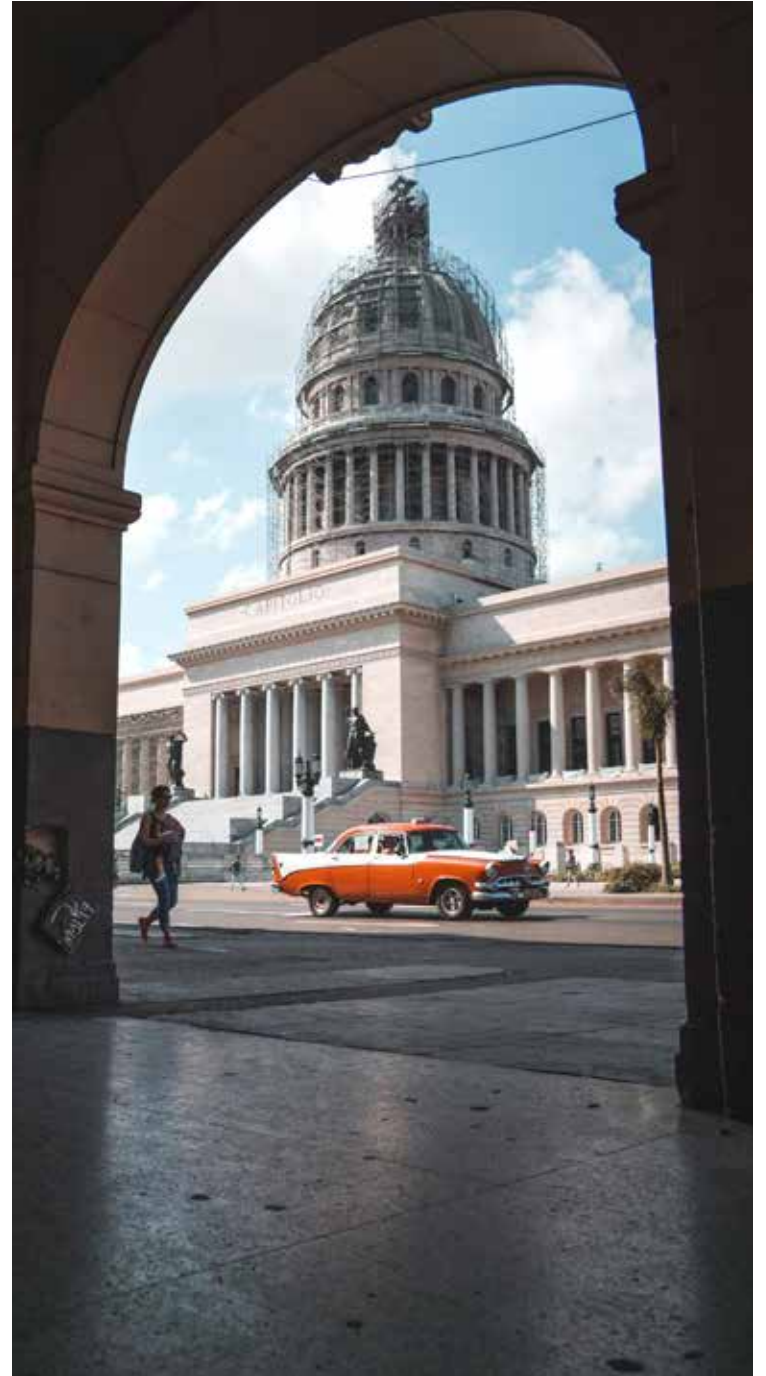
LIVROS



SAM HURLEY, professor, e a esposa Merry, cenógrafa, trocam os confortos de Nova Iorque por um estilo de vida diferente numa casinha isolada na Suécia. Apesar do quadro idílico que o casal representa, problemas com raízes muito profundas ameaçam o relacionamento.



SALINGER CONTINUA a explorar os meandros da família Glass, que os leitores conheceram em Nove histórias. Em Franny, a mais jovem dos Glass encontra-se com o namorado, mas o que prometia ser um fim-de-semana aprazível acaba num ao mal-estar que a domina.



TURISMO

Uma herança como nenhuma outra

Apesar de mais de meio século de tentativas americanas de mudar o modo de vida no país, o compromisso contínuo de Cuba em definir a própria agenda económica criou uma capital verdadeiramente única.

Os Ford dos anos 50 criam uma atmosfera rica, pegajosa e misteriosa. Ernest Hemingway e Graham Greene escolheram definir os livros aqui, mas não precisaria nem mesmo de uma fracção do talento desses autores para imaginar a própria narrativa convincente baseada em Havana. Pois Cuba é tanto uma ideia quanto um país, com tramas que parecem evoluir, se fundir e se torcer constantemente, sem nunca realmente mudar a história geral de muitos dos habitantes.

A Havana Velha, lar de Jibaro, é possivelmente o bairro com mais atmosfera para se perder, mas os jovens Habaneros preferem Vedado. Esta área aparentemente calma apresenta mansões antigas ao lado de algumas das casas nocturnas mais animadas da cidade. O restaurante da cobertura serve lagosta, peixe-espada, tacos e daiquiris para um público sofisticado.

Educação & Tecnologia

MED GARANTE ARRANQUE DAS PROMOÇÕES A PARTIR DE MAIO

SINPROF não descarta greve em caso de incumprimento

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO. A dois dias da paralisação das aulas por parte dos professores, Ministério da Educação 'rende-se' e promete atender às reivindicações já a partir do próximo mês. Com um 'pé atrás', Sinprof deixa avisos e ameaças após assinatura de um acordo.

Por Redação

O presidente do Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof) avisa que não está descartada a possibilidade de realização de uma greve caso o

Ministério da Educação (MED) não cumpra o acordo expresso no memorando de entendimento.

A posição de Guilherme Silva foi manifestada este sábado, em Luanda, após a assinatura do memorando, com o MED e o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), que veio suspender a greve que estava prevista para esta segunda-feira (26).

O sindicato remeteu, em 2019, ao órgão de tutela, um caderno reivindicativo, com dez pontos, com vista à negociação entre todos os intervenientes.

Segundo o líder sindical, no encontro, algumas exigências foram satisfeitas e outras vão sendo atendidas de forma paulatina, reiterando a retoma da greve, caso haja incumprimentos por parte do MED.

105

Mil, número de agentes da educação que devem ser efectivados de Outubro deste ano a Janeiro do próximo.

No Memorando, o Ministério da Educação promete promover 181.624 agentes da educação, entre Maio deste ano e Janeiro de 2023, e continuar o processo após esta data, conforme o tempo de serviço dos agentes educativos.

Está planeada, para entre Outubro deste ano e Janeiro do próximo, a efectivação na base financeira, dos primeiros 105.000 agentes da educação promovidos, e entre Fevereiro de 2022 e Janeiro de 2023 a dos restantes 76.624 docentes.

A ministra da Educação assegurou que "vai envidar todos os esforços para cumprir as promessas rubricadas no memorando" e recordou que a promoção dos professores deve ser um direito materializado dentro dos limites da lei.

"A cada cinco anos, a promoção dos professores deve acontecer e entrar na normalidade, evitando, assim, trabalhar sempre sob pressão", admitiu Luísa Grilo.

TEMPO DE SERVIÇO EM QUESTÃO

De acordo com o memorando de entendimento, as promoções serão feitas de acordo com o tempo de serviço correspondente ao enquadramento de cada agente no sector, a definir em regulamento próprio pelas partes.

Para o arranque do cumprimento das promessas, serão criadas comissões de trabalho, a todos os níveis, integradas por membros do Ministério da Educação, Gabinetes Provinciais da Educação, Direcções Municipais da Educação e pelo Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof).

De igual, a tutela e os sindicalistas acordam em continuar a discussão dos demais pontos do Caderno Reivindicativo, até à efectiva resolução das grandes questões.

CRONOGRAMA

Maio – Discussão e aprovação do regulamento

Junho e Julho – Recolha de documentos

Agosto e Setembro – Análise documental

Outubro de 2021 a Janeiro de 2022 – Efectivação na base financeira da primeira fase

Fevereiro de 2022 a Janeiro de 2023 – Efectivação na base financeira da segunda fase e conclusão do processo



Educação & Tecnologia



NOTA DE IMPRENSA

Huawei e gabinete da primeira dama assinam acordo de cooperação

A

HUAWEI doou ao Gabinete da Primeira Dama da República, Dra Ana

Dias Lourenço, no passado mês de Março, um sistema de videoconferência inteligente denominado Ideahub e 50.000.000,00 AOA (Cinquenta Milhões de Kwanzas) para apoio a projectos de carácter social e de desenvolvimento comunitário, no período de 2021-2022.

As partes assinaram um Termo de Cooperação que visa, além do apoio a projectos de carácter social e de desenvolvimento comunitário, a concessão de bolsas de estudo internas e formação na área das TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação), em especial para jovens mulheres angolanas.

50

Milhões de kwanzas, para apoio a projectos de carácter social e de desenvolvimento comunitário, no período de 2021-2022.

O plano de formação em TIC incluirá temas como: 5G e progresso da indústria, redes de comunicação de dados e tendências de desenvolvimento, computação em nuvem, conceitos básicos de tecnologia, inteligência artificial, entre outros. A HUAWEI ministrará no período 2021-2022: 1.000 horas de cursos introdutórios às TIC's e 6.000 horas de Formação para Certificação em Solu-

ções HUAWEI, direccionado a jovens identificados no âmbito dos programas do Gabinete da Primeira Dama.

A Primeira Dama da República, Dra Ana Dias Lourenço, acredita que a parceria com a HUAWEI irá certamente "agregar ainda mais valor à realização dos seus projectos sociais, focado em acções de ampla abrangência que produzam um impacto positivo e duradouro na vida dos angolanos."

A cerimónia de assinatura do Termo de Cooperação decorreu na presença da Primeira Dama, Dra Ana Dias Lourenço, a Directora do Gabinete da Primeira Dama, Sra Ana Fernandes, assistentes do Gabinete, CEO da Huawei Technologies Limitada, Sr. Chu Xiaoxin (Edric Chu) e, alguns directores, nomeadamente, o Sr. Zhang Peng (Sucre Zhang), Sr. Nilton Roque e, Sra. Yan (Gina Yang).

“A Huawei reuniu mais de 30 anos de expertise e experiência em tecnologias digitais para tornar a geração e o consumo de energia solar mais eficientes e confiáveis com custo otimizado.”

“Acreditar no poder da tecnologia”, diz vice-presidente da Huawei

PUBLICIDADE. Huawei: ICT tem potencial para reduzir as emissões de carbono e levar a África a uma economia verde

Luanda, 21 de Abril de 2021 - Uma empresa de tecnologia global, a Huawei acredita que as tecnologias de informação e comunicação ou TICs têm o potencial de reduzir as emissões globais de carbono em 20% na próxima década.

William Xu, Diretor do Conselho e Presidente do Instituto de Pesquisa Estratégica da Huawei, disse recentemente que a sustentabilidade energética tem sido um grande desafio enfrentado por todos os países na próxima década.

“O consumo global de energia está crescendo a uma taxa anual de 1,7%. Atualmente 85% da energia vem de combustíveis

fósseis. A sustentabilidade energética é um desafio assustador que todos nós enfrentamos. Ao habilitar uma ampla gama de indústrias, a tecnologia de TIC tem o potencial de reduzir as emissões globais de carbono em 20% na próxima década”, disse Xu.

A Huawei anunciou recentemente que se concentrará na inovação de novas tecnologias para ajudar as indústrias a reduzir seu consumo de energia para um mundo de baixo carbono.

Também na África, muitos países estão adotando cada vez mais as energias renováveis para dar um salto rumo a um futuro energético sustentável.

Com seu algoritmo de conectividade de rede alimentado por AI, a Huawei forne-

ceu mais de 200 modelos de rede elétrica para mais de 30 países e regiões. Isso ajudou as usinas de energia a se conectarem de maneira estável às redes em todos os cenários e gradualmente tornou o fotovoltaico uma fonte de energia convencional de alta qualidade.

Somente em energia solar, África fez grandes progressos nos últimos anos, com mais de 6.200 projetos de grande escala, comerciais e industriais (C&I) e de minirrede identificados em todo o continente.

Além disso, mais nove nações africanas, além da África do Sul e Egito, estão a caminho de aderir ao ‘Gigawatt Club’, uma marca não oficial para o grupo de países com capacidade instalada para produzir um GW de energia solar.

MEMORIZE

● **Somente** em energia solar, África fez grandes progressos nos últimos anos, com mais de 6.200 projetos de grande escala, comerciais e industriais (C&I) e de minirrede identificados em todo o continente.

Além disso, mais nove nações africanas, além da África do Sul e Egito, estão a caminho de aderir ao ‘Gigawatt Club’.

Huang Su, Diretor de Negócios de Energia Digital da Huawei Southern Africa, apontou que quase metade da população mundial sem acesso à eletricidade vive na África Subsaariana.

“Portanto, há uma necessidade forte e urgente de acelerar o crescimento de energia renovável em toda a região para garantir energia suficiente, acessível e confiável para todos os africanos e para que os países colham os benefícios de uma economia verde”, diz ele.

A Huawei reuniu mais de 30 anos de expertise e experiência em tecnologias digitais para tornar a geração e o consumo de energia solar mais eficientes e confiáveis com custo otimizado.



NÚMEROS DA SEMANA

21

Milhões Kz Montantes arrecadados pelo Instituto Angolano da Propriedade Industrial (Iapi), no ano passado, com as taxas de solicitação de registo de patente ou marca.

45

Milhões USD Investimento previsto pelo grupo argentino Arcor na produção de produtos de confeitaria em Angola, a partir de 2021.

3

Mil milhões USD Volume de negócios bilateral entre a China e Angola nos dois primeiros meses deste ano.

20%

Objectivo de lapidação de diamantes em Angola, face à produção bruta, segundo o ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino de Azevedo.

SIMPLIFICAÇÃO

BNA emite licenças bancárias via internet

A simplificação dos serviços com recurso à tecnologia, considerada imperiosa nesta fase de revolução digital e acelerada pela pandemia da covid-19, levou o Banco Nacional de Angola (BNA), a criar o portal do Sistema Integrado de Licenciamento das Instituições Financeiras (SILIF). Um meio que servirá de interacção directa entre as instituições e a entidade reguladora.

A plataforma permite as instituições financeiras fazerem o registo online de solicitações, com pré-validação automática da informação inserida, anexar toda a documentação de suporte necessária e receber notificações via e-mail, sobre a evolução do estado do processo e a decisão.

O regulador refere que a plataforma vai permitir efectuar a apresentação de processos de licenciamento de forma “mais célere, intuitiva e digital, reduzindo a necessidade de deslocações e de envio de documentação em formato físico, em alguns casos”.



PCA FALA EM FORÇAS ESTRANHAS

Greve obriga TCUL a ajustar salários

A TCUL prepara-se para fazer ajustes salariais até à próxima semana, depois de os funcionários da transportadora terem iniciado uma greve geral, que a administração considera “ilegal”.

Reconhecendo que os ordenados dos trabalhadores são “baixos”, o presidente do conselho de administração da transportadora, Pedro Pereira, garante ao VALOR que a decisão do aumento estava em estudo há algum tempo, sendo que a proposta deve ser apresentada já esta semana.

Pereira afirma, entretanto, ter ficado surpreendido com a greve e, além de acusar os grevistas de não terem cumprido “com os procedimentos legais”, explica que a entidade responsável pela paralisação não é reconhecida pela empresa muito menos pela Inspeção-Geral do Trabalho. “Há grupos influenciando com objectivos estranhos”, atira, justificando ainda a “ilegalidade” da greve com o facto de os promotores “impedirem violentamente os motoristas de tirarem os autocarros do parque”, além de se terem recusado a comparecer num encontro de mediação com a Ins-

pecção-Geral do Trabalho.

A falta pagamento da segurança social, apresentada como um dos pontos do caderno reivindicativo, não corresponde à verdade, segundo o PCA da TCUL, justificando que a actual administração encontrou dívidas ao INSS de quase 900 milhões de kwanzas, tendo já conseguido liquidar 575 milhões. Pelos cálculos do gestor, os gastos correntes com a segurança social estão fixados em 25 milhões de kwanzas mensais, 15 milhões dos quais para o pagamento do passivo e 10 milhões de custos actuais.

Segundo Pereira, desde 2018, altura em que assumiu a liderança da empresa que os pagamentos têm sido feitos com regularidade, tendo concluído, em Março, o pagamento de 600 milhões de kwanzas de dívida para com os trabalhadores em diuturnidade.

Ao alertar os funcionários para não participarem do que considera “greves ilegais”, Pereira ameaça com sanções, admitindo a abertura imediata de processos disciplinares.

Contrariando o gestor da TCUL, Domingos Epalanga, da Central Geral de Sindicatos Independentes e livres de Angola (CGSILA), defende, entretanto, a

legalidade da greve, assegurando que a entidade empregadora foi avisada no passado dia 19 de Março e que esta abriu mão à negociação. O sindicalista classifica o clima laboral como “tenso” ao mesmo tempo que defende a retoma dos serviços apenas com a alteração da tabela salarial. “Os salários praticados são extremamente baixos, não se pode aceitar que um condutor que tem a obrigação de transportar, no mínimo, mil pessoas das 05 às 12:30 tenha um salário de 64 mil kwanzas. Um cobrador, de 48 a 50 mil, e um mecânico altamente especializado, que garante o bom funcionamento dos autocarros, tenha um salário de 37 a 38 mil kwanzas. Portanto, são salários completamente impraticáveis, colocam os trabalhadores e suas famílias em extrema dificuldade”, lamenta.

Para o responsável sindical, os salários devem ser fixados entre 140 e 150 mil kwanzas “no sentido de corresponderem ao preço da cesta básica”. Exige também equidade na remuneração entre antigos e novos funcionários. “Os motoristas recrutados recentemente ganham 155 mil, com menos de um ano de trabalho”, compara.

Por *Guilherme Francisco*